



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissões

4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/3/2016

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Fred Costa, Wander Borges e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Mariah Brochado Ferreira, secretária de Estado adjunta da Casa Civil e de Relações Institucionais (3 em 12/12/2015, 1 em 19/12/2015, 1 em 18/2/2015 e 5 em 25/2/2016) e dos Srs. Vítor Valverde, secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte (2 em 12/12/2015 e 2 em 4/2/2016); Alessandro Marques, da Secretaria de Estado de Governo (12/12/2015); Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de Justiça (17/12/2015); João Marques de Vasconcellos, oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Contagem (27/1/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.014 a 4.022, 4.031, 4.039 a 4.047, 4.050 e 4.071/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.362/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizada audiência pública para debater as ocupações irregulares de espaços públicos de Belo Horizonte, como a existente na Rua Coronel Ascendino Costa, no Bairro Aparecida;

nº 5.363/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a construção de ciclovia entre a região do Vale do Mutuca e o Bairro Alphaville, na região entre Belo Horizonte e Nova Lima;

nº 5.364/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o monitoramento da qualidade do ar na região do Bairro Alphaville, Lagoa dos Ingleses, no Município de Nova Lima;



nº 5.365/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a retirada ilegal, por fiscais da Prefeitura de Belo Horizonte não identificados, de uma banca de revistas no Bairro Nazaré, região nordeste de Belo Horizonte;

nº 5.366/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a licença remunerada à funcionária pública gestante, como medida preventiva do enfrentamento à epidemia ocasionada pelo vírus Zika;

nº 5.367/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a subutilização do Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, em Belo Horizonte;

nº 5.368/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada visita conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas à Sra. Myrna Fabiana Monteiro Souto, juíza de direito, para debater o tráfego de carretas de mineradoras na Rodovia MG-030;

nº 5.369/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para fiscalização das ocupações irregulares de espaço público na Rua Coronel Ascendino Costa, em frente ao nº 96, no Bairro Aparecida, 7ª seção, no Município de Belo Horizonte, em virtude de denúncias de moradores;

nº 5.371/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, pela instalação de pelotão dessa corporação na região Sul do Estado;

nº 5.372/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Senador Amaral pelo 24º aniversário desse município;

nº 5.373/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Andradas pelo 126º aniversário desse município;

nº 5.375/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Ingaí pelo 54º aniversário desse município;

nº 5.376/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cambuquira pelo 107º aniversário desse Município;

nº 5.378/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de atendimento do Centro de Referência da Pessoa Idosa, conhecido como "Tancredão";

nº 5.379/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater os cortes de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – e a paralisação de obras de infraestrutura no Município de Belo Horizonte, decorrentes desses cortes;

nº 5.382/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Decreto nº 45.180, de 21 de setembro de 2009, que cria o Parque Estadual Serra do Ouro Branco, localizado nos Municípios de Ouro Branco e Ouro Preto;

nº 5.384/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater o abandono das grutas do Estado;

nº 5.385/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a construção de uma via de mão inglesa na região do entorno do BH Shopping;

nº 5.386/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Pública para debater o atraso da entrega da Via 710, anteriormente prevista para 2014, mas agora programada para 2017;



nº 5.387/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a iluminação da BR-040, no trecho que vai do entroncamento dessa rodovia com a BR-356 até o trevo de Ouro Preto;

nº 5.388/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater o trânsito de veículo de carga em locais proibidos, em Belo Horizonte e região, que tem ocorrido com frequência e causado acidentes com vítimas fatais;

nº 5.389/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater o aumento do número de casos de sífilis congênita em gestantes, devido à escassez do antibiótico utilizado no tratamento da doença no Estado;

nº 5.390/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Luiz Carlos Bergamin, prefeito de Extrema, pela instalação do 3º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, cuja obra foi construída com recursos do próprio município e contará com 30 bombeiros militares;

nº 5.391/2016, do deputado Wander Borges, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o parcelamento de contas de energia elétrica para o cidadão que solicitar esse benefício e demonstrar ser hipossuficiente em relação aos débitos contraídos com a referida companhia; e, caso exista tal parcelamento, sobre os procedimentos, critérios e números de parcelas, entre outras informações pertinentes;

nº 5.392/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater a subutilização do Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2016.

Fred Costa, presidente – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 665/2015, no 1º turno (deputado Dilzon Melo), Projetos de Lei nºs 305, no 1º turno, e 2.674/2015, no 1º turno (deputado Inácio Franco). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2,856/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cássio Soares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.265/2016. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.079/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.629/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à Estação de Tratamento de Esgoto, em Nova Contagem, no Município de Contagem;



nº 5.631/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a poluição dos rios na Região Metropolitana de Belo Horizonte.;

nº 5.632/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para adoção das medidas necessárias à conservação e à preservação do Pico Belo Horizonte, ponto mais alto da capital mineira na Serra do Curral, e do Parque Estadual Mata do Baleia, áreas limítrofes e unidades de conservação estadual de uso integral, afetadas pelo avanço de atividades de exploração de minério;

nº 5.633/2016, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater as normativas e as dificuldades enfrentadas pelos produtores do Estado para obtenção de crédito junto às instituições financeiras, que passaram a exigir, para a concessão de financiamentos e empréstimos, o licenciamento ambiental exarado pelo Sisema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2016.

Marília Campos, presidente – Iran Barbosa.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016

Às 11h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Durval Ângelo (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Retira-se do recinto a deputada Celise Laviola. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Neste momento, o presidente avoca para si a relatoria do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, para apreciar emendas apresentadas em Plenário no 1º turno. Após discussão e votação, é aprovado o parecer do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016 pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5 apresentadas em Plenário. Registra-se a presença do deputado Agostinho Patrus Filho. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.534 a 5.537/2016. São recebidos pela presidência, submetidos à votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.637/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Valmir Faria da Silva, prefeito de Alpercata, pela sua atuação como gestor municipal, a qual resultou na classificação do município em 2º lugar no *ranking* nacional da transparência de todos os municípios e estados brasileiros, realizado pelo Ministério Público Federal;

nº 5.639/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Dárcio Lopardi Mendes, desembargador da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, pela brilhante atuação no desempenho da magistratura;

nº 5.640/2016, do deputado Lafayette de Andrada, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a transformação de cargos de juiz de direito em cargos de juiz de direito substituto de segundo grau, no âmbito da Justiça Comum Estadual, e dá outras providências.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 5.634/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os termos da Deliberação nº 145, do Contran, e, por decorrência, a obrigatoriedade de realização do exame toxicológico pelos condutores das categorias C, D e E quando da renovação da Carteira Nacional de Habilitação, ou quando da adição dessas permissões, perante o Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG;

nº 5.635/2016, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater questões referentes à Copasa-MG, entre as quais: os critérios utilizados na escolha, na indicação e na nomeação de seus profissionais, o detalhamento da execução das atividades de planejamento e elaboração de projetos; a ampliação, remodelagem e exploração dos serviços de saneamento; os prazos de início e conclusão de obras, bem como questões relativas à liberação e à autorização de procedimentos;

nº 5.636/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Contagem pedido de providências para receber os representantes dos trabalhadores da educação e reabrir as negociações salariais, com vistas a resolver os impasses causados pela greve desses profissionais, evitando maiores transtornos para os alunos da rede pública de educação e seus familiares;

nº 5.638/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para instalar uma unidade do Colégio Tiradentes no Município de São João del-Rei.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2016.

João Magalhães, presidente – Tiago Ulisses – Gil Pereira – Cristina Corrêa – Durval Ângelo.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Celinho do Sinttrocel, Gil Pereira e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Luciano Magalhães de Oliveira Sant'Anna em que requer seja dada continuidade à audiência pública realizada na cidade de Raposos em 6/4/2016, com a participação do Ministério do Trabalho e Emprego, para debater acerca da legitimidade do Sindicato dos Servidores do Município de Raposos. Recebe também atestado médico emitido pelo Sr. Marcus Vinícius Viana Sant'Anna, cirurgião-geral do Hospital Mater Dei, informando a necessidade de afastamento da deputada Geisa Teixeira, por quinze dias, a contar de 5/4/2016. A seguir comunica o recebimento de ofício da Sra. Mariah Brochado Ferreira, Secretária de Estado adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais, publicado no *Diário do Legislativo* em 11/3/2016. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 734, 1.370, 2.222, 2.310, 2.317, 2.829, 3.147, 3.148/2015 e 3.183, 3.209, 3.210, 3.211, 3.213, 3.214, 3.215, 3.236, 3.238, 3.272 e 3.277/2016 (Celinho do Sinttrocel), 270, 1.664, 3.113, 3.138/2015 e 3.178, 3.208, 3.217, 3.222, 3.237 e 3.275/2016 (Geisa Teixeira) e 951, 2.126, 2.183/2015 e 3.212 e 3.270/2016 (Gustavo Corrêa), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 270, 1.664 e 3.113/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira); 2.183/2015 e 3.212/2016 (relator: deputado Gustavo Corrêa); e 2.222, 2.317, 2.829, 3.147 e 3.148/2015 e 3.183, 3.209 a 3.211 e 3.245/2016 (relator: deputado Celinho do



Sinttrocel), que receberam parecer por sua aprovação. Após discussão e votação nominal é aprovado com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, em turno único, por unanimidade o Projeto de Lei nº 2.126/2015 (relator: deputado Gustavo Corrêa), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.850 e 4.237/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 452, 1.074, 1.144, 1.218, 1.531, 1.613, 1.887, 2.712, 2.715, 2.818, 2.839, 2.901, 2.915, 2.925, 2.948, 2.950, 2.968, 2.981, 2.986, 2.997, 3.006, 3.015, 3.031, 3.052, 3.066, 3.067, 3.068, 3.070, 3.071 e 3.100/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.642/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal;

nº 5.643/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da regionalização dos serviços de alta complexidade na assistência social;

nº 5.644/2016, dos deputados Celinho do Sinttrocel, Cristiano Silveira e Geraldo Pimenta e da deputada Marília Campos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o projeto de lei que cria a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e Outros Empreendimentos – Peabe;

nº 5.645/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o programa Brasil mais Produtivo, do governo federal;

nº 5.646/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Raposos pedido de providências para o imediato agendamento de reunião com o Sindicato de Servidores Públicos de Raposos visando à abertura de negociação e ao diálogo com a categoria;

nº 5.647/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/4/2016, com pedido de providências para apuração das denúncias de perseguições contra os servidores públicos de Raposos;

nº 5.648/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer sejam encaminhadas à Comissão de Direito Sindical da Ordem dos Advogados do Brasil as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/4/2016, com pedido de providências para a apuração das denúncias feitas na referida reunião;

nº 5.649/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Raposos pedido de providências para reconhecer o Sindicato dos Servidores Públicos de Raposos como legítimo representante dos servidores públicos municipais;

nº 5.650/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer sejam encaminhadas à deputada federal Jô Moraes as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária para conhecimento e providências que entender necessárias;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2016

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Antônio Jorge e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta,



declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; receber, discutir e votar proposições da comissão; debater, em audiência pública, o possível fechamento de maternidade e unidades do Sistema Único de Saúde de Betim; e receber e votar requerimentos. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Márcio Rogério de Oliveira, promotor de justiça da Infância e da Juventude, e outros, encaminhando nota de esclarecimento sobre o extinto Centro de Atendimento e Proteção a Jovens Usuários de Tóxicos – Caput; e Zuley Jacinto de Souza, assessor-chefe da Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi –, encaminhando memorando com informações acerca dos procedimentos adotados em escoltas externas para procedimentos hospitalares. Comunica também o recebimento de correspondência dos Srs. Marco Aurélio Pereira e José Miguel do Nascimento Júnior, coordenador e diretor, respectivamente, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, publicada no *Diário do Legislativo* em 28/3/2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Berenice de Freitas Diniz, coordenadora do Núcleo Betim do Sind-Saúde e Nyniara Jenyfer Ferreira, presidente da Umes-Betim; e os Srs. Antônio Carlos de Matos Rocha, vereador da Câmara Municipal de Betim, representando o presidente dessa Casa; Leonildo Ferreira Lopes, coordenador do Núcleo Betim do Sind-Saúde, representando a coordenadora desse núcleo; Tiago Santana e Eutair Antônio dos Santos, vereadores da Câmara Municipal de Betim; Paulo Miguel Fernandes de Oliveira, diretor de Esporte, Cultura e Lazer do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região, representando o presidente desse sindicato; Levi Costa Cerqueira Filho, pediatra da Maternidade Municipal de Betim; Eni Carajá Filho, membro do Conselho Nacional de Saúde; e Cristiano Marcos da Silva, diretor da Federação das Entidades Comunitárias de Betim – Fecop-Betim. A presidência concede a palavra ao deputado Geraldo Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença da deputada Marília Campos. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 5.651/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Geraldo Pimenta e Antônio Jorge, em que requerem sejam enviadas as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Saúde no dia 13/4/2016, cuja finalidade foi debater o possível fechamento da maternidade e de unidades do Sistema Único de Saúde em Betim, aos seguintes órgãos: Prefeitura de Betim, Ministério Público do Estado, Secretaria do Estado de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Betim, Conselho Estadual de Saúde; Conselho Municipal de Saúde de Betim, Câmara Municipal de Betim, Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Betim, Sindicato de Saúde Estadual – Sind-Saúde –, Sindicato de Saúde Municipal de Betim, Sindicato dos Médicos de Minas Gerais e Associação dos Médicos de Minas Gerais – AMMG;

nº 5.652/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater os impactos causados pelo possível fechamento da maternidade e de unidades do Sistema Único de Saúde de Betim na realização de estágio por estudantes universitários nos referidos serviços de saúde;

nº 5.653/2016, do deputado Geraldo Pimenta e da deputada Marília Campos, em que requerem seja realizada visita às unidades de atendimento intensivo – UAIs – dos Bairros Teresópolis, Guanabara, Alterosas, Sete de Setembro, e à UAI Norte, localizadas no Município de Betim;

nº 5.654/2016, do deputado Geraldo Pimenta e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Estado e à Prefeitura de Betim pedido de providências para analisar a viabilidade de cortes em gastos públicos a fim de preservar os investimentos em saúde pública e garantir a manutenção da qualidade e o acesso da população a esses serviços;



nº 5.655/2016, do deputado Geraldo Pimenta e da deputada Marília Campos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o impacto do possível fechamento da maternidade e de unidades do Sistema Único de Saúde em Betim para os estudantes universitários que realizam estágio nesses locais;

nº 5.656/2016, do deputado Geraldo Pimenta e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Estado e à Prefeitura de Betim pedido de providências para condicionar qualquer transferência de atendimento realizado pela Maternidade de Betim para o hospital regional desse município à promoção das adequações da infraestrutura do referido hospital às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa –, bem como à aprovação dessas adequações pelo citado órgão de regulação; e sejam tomadas providências para a imediata suspensão das obras do Hospital Regional de Betim que não estejam de acordo com as normas técnicas da Anvisa e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – Crea-MG;

nº 5.657/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o credenciamento, pelo SUS, da Santa Casa do Município de Alfenas;

nº 5.658/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater as medidas profiláticas adotadas no Estado quanto à gripe causada pelo vírus H1N1;

nº 5.659/2016, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para pagar a emenda parlamentar no valor de R\$420.000,00 para a construção da Unidade Básica de Saúde de Novo Silvestre, no Município de Viçosa;

nº 5.660/2016, dos deputados Arlen Santiago e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para efetuar o pagamento de R\$1.000.000,00 relativo à assinatura do Convênio nº 592/2012, entre o Município de Viçosa e o governo do Estado, com a finalidade de implantar UTI neonatal no Hospital São Sebastião – Casa de Caridade de Viçosa;

nº 5.661/2016, dos deputados Arlen Santiago e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o funcionamento do programa Pro-Hosp no Município de Viçosa;

nº 5.662/2016, dos deputados Arlen Santiago e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada visita ao Sr. Gilmar de Assis, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde de Minas Gerais – CAO Saúde – para debater os problemas enfrentados pelo Município de Viçosa;

nº 5.663/2016, dos deputados Arlen Santiago e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para atualizar a série histórica para pagamento do Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar – IGH – para o Estado;

nº 5.664/2016, dos deputados Arlen Santiago e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para regularizar o fornecimento de glicosímetros, fitas e medicamentos para diabetes no Município de Viçosa e região;

nº 5.665/2016, dos deputados Arlen Santiago e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações solicitando o envio do cronograma de fornecimento de vacinas para o Município de Viçosa em 2015 e 2016 e da previsão para 2017;

nº 5.666/2016, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que a Superintendência Regional de Saúde de Viçosa fiscalize o horário de funcionamento e trabalho das equipes de saúde da família – ESF – na região;

nº 5.667/2016, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para dar celeridade ao processo de distribuição de medicamentos aos municípios integrantes da macrorregião de Ponte Nova;

nº 5.668/2016, dos deputados Arlen Santiago e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para estudar a viabilidade de transferência dos Municípios de Coimbra, Ervália e Presidente Bernardes da microrregião sanitária de Ubá para a de Viçosa, no Plano Diretor de Regionalização de Saúde, tendo em vista as dificuldades de acesso e de atendimento dos serviços de saúde relatadas por gestores e usuários desses municípios;

nº 5.669/2016, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para enviar um representante técnico ao Município de Viçosa para prestar melhores orientações às equipes de saúde da família quanto ao acolhimento da população LGBT;

nº 5.670/2016, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para implantação do Samu na Regional Leste do Sul;

nº 5.671/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para implantar mais uma ambulância do Samu no Município de Cataguases;

nº 5.672/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para restabelecer o repasse de recursos financeiros mensais para o Hospital de Cataguases, que era no valor de R\$200.000,00 e foi reduzido para R\$100.000,00;

nº 5.673/2016, dos deputados Arlen Santiago e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para restabelecer o repasse de recursos financeiros mensais para o Hospital de Cataguases, que era de R\$200.000,00 e foi reduzido para R\$100.000,00;

nº 5.674/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para destinar recursos financeiros e estudar a viabilidade de implantação do serviço de neurocirurgia no Hospital de Cataguases;

nº 5.675/2016, dos deputados Geraldo Pimenta e Ivair Nogueira e da deputada Marília Campos, em que requerem seja realizada visita ao Ministério da Saúde para solicitar aporte financeiro para as unidades de saúde do Município de Betim.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2016.

Antônio Jorge, presidente – Geraldo Pimenta.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2016

Às 9h45min, comparece na Câmara Municipal de Viçosa o deputado Paulo Lamac, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a instalação da Superintendência de Educação no referido município. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Melide Paoli Lopes, secretária Municipal de Educação, representando Angelo Chequer, prefeito de Viçosa; Marilange Santana Pinto Coelho Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Viçosa; Josiane Cheloni Felga Perdigão de Castro, diretora da Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova; Maria Helena Pereira, presidente da Câmara Municipal de Teixeira; Imaculada da Conceição Barbosa, secretária Municipal de Educação de Pedra do Anta; Viviane Aparecida Gomes Moura, secretária Municipal de Educação de Araponga; Elizete Aparecida Batalha, secretária Municipal de Educação de Cajuri; e Cristina Fontes Araújo Viana, ex-presidente da Câmara Municipal de Viçosa; e os Srs. Idelmino Ronivon da Silva, vereador da Câmara Municipal de Viçosa; Hércules Macedo, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Educação; Edmar Pereira



Lopes, diretor da Superintendência Regional de Ensino de Ubá; Sávio José do Carmo Silva, vereador da Câmara Municipal de Viçosa; Geraldo Luis Andrade, vereador da Câmara Municipal de Viçosa; Antônio Francisco, vereador da Câmara Municipal de Porto Firmino; Vicente Afonso de Freitas, presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Anta; Randolpho Martino Júnior, advogado da Câmara Municipal de Viçosa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2016

Às 11h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.337/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Geraldo Pimenta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 608/2015 e 3.207/2016 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira); 1.918/2015 (relator: deputado Anselmo José Domingos); e 3.150/2015 com a Emenda nº 1 e 3.197/2016 (relator: deputado Geraldo Pimenta). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.346/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.683/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja formulado voto de congratulações com Yoandy Leal Hidalgo pelo tetracampeonato da Superliga Masculina de Vôlei e pelo título de melhor jogador da partida final e seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Vittorio Mediolli, presidente do Sada Cruzeiro Vôlei, e ao referido jogador;

nº 5.684/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja formulado voto de congratulações com Wallace Pedro de Souza pelo tetracampeonato da Superliga Masculina de Vôlei e seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Vittorio Mediolli, presidente do Sada Cruzeiro Vôlei, e ao referido jogador;

nº 5.685/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja formulado voto de congratulações com William Peixoto Arjona pelo tetracampeonato da Superliga Masculina de Vôlei e por ser o melhor levantador da competição pela sexta vez consecutiva e seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Vittorio Mediolli, presidente do Sada Cruzeiro Vôlei, e ao referido jogador;

nº 5.686/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja formulado voto de congratulações com Sérgio Luiz Seixas Francia Nogueira pelo tetracampeonato da Superliga Masculina de Vôlei e seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Vittorio Mediolli, presidente do Sada Cruzeiro Vôlei, e ao referido jogador;

nº 5.687/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sada Cruzeiro Vôlei pelo tetracampeonato da Superliga Masculina de Vôlei e seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Vittorio Mediolli, presidente da referida agremiação.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Geraldo Pimenta – Fábio Avelar Oliveira – Gustavo Valadares.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2016

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e João Alberto (substituindo o deputado Deiró Marra, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.834/2015, no 1º turno (deputado Anselmo José Domingos); e 3.055/2015, no 1º turno (deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.853/2015, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; e 2.514/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); e 2.755/2015, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e com a Emenda nº 1 apresentada (relator: deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.136, 4.175, 4.187 e 4.293/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.591, 1.897, 2.268 e 2.927/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.471 e 5.472/2016. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 5.710/2016, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para debater a efetivação de um sistema integrado eficiente para a resolução dos problemas relativos à mobilidade urbana na Região Metropolitana do Vale do Aço;

nº 5.711/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais para debater os projetos relativos às possíveis intervenções para melhorar o trânsito em Belo Horizonte;

nº 5.712/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de aplicação no Estado da Resolução nº 517, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran –, em cumprimento à chamada Lei dos Caminhoneiros, que exige exame toxicológico para motoristas profissionais;

nº 5.713/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a privatização das estradas do Estado a partir do segundo semestre;

nº 5.714/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para que seja realizada capina e limpeza da faixa de domínio da Rodovia BR-381 entre as Ruas Parreiras e 4, no Bairro Alegre, no Município de Timóteo;

nº 5.715/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para a retomada do funcionamento do posto de pesagem do Km 281,3 da Rodovia BR-381, no Município de Jaguaráçu;

nº 5.716/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ferramenta Will-Go, aplicativo de transporte individual;

nº 5.717/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Cemig pedido de providências para a retirada de um poste de iluminação que se encontra inutilizado dentro do campo de futebol do Riviera, localizado na Rua Itaguá, no Bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte;

nº 5.718/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Contagem pedido de providências para a construção de uma área de lazer no quarteirão entre as Avenidas Campina Grande, João Soares e Campos Gerais e a Rua Formada, no Bairro Xangrilá;

nº 5.719/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à BHTrans pedido de providências para a adequação da circulação no cruzamento da Rua Estanislau Pedro Boardman com a Rua Manoel Ferreira Cardoso, no Bairro Nova Pampulha, em Belo Horizonte;

nº 5.720/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para limpar as encostas da Rodovia MG-760 no trecho entre os Distritos de Cava Grande e Lavrinha, situados nos Municípios de Marliéria e Jaguaraçu, respectivamente;

nº 5.721/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para instalar sinalização indicando travessia de pedestres no Km 47 da Rodovia MG-424, em frente ao câmpus da Universidade Federal de São João del-Rei;

nº 5.722/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para incluir no edital de licitação da concessão da Rodovia MG-424 informação de que a concessionária vencedora será responsável pela construção de uma passarela para travessia de pedestres no Km 47, em frente ao câmpus da Universidade Federal de São João del-Rei, e também pela instalação de câmeras de videomonitoramento para aumentar a segurança da via;

nº 5.723/2016, do deputado Isauro Calais, em que requer seja encaminhado às operadoras Claro, Oi, Tim e Vivo pedido de providências para que seja realizado estudo de viabilidade para instalação de uma torre de celular em Juiz de Fora, para beneficiar o Bairro Valadares;

nº 5.724/2016, do deputado Deiró Marra, em que requer seja realizada audiência pública para debater o transporte de passageiros por táxi dos diversos municípios até o Aeroporto de Confins;

nº 5.725/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja realizada audiência pública em Prudente de Moraes para debater a qualidade da construção das casas que foram entregues pelo Programa Minha Casa Minha Vida no Subdistrito de Campo de Santana;

nº 5.726/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a limpeza das encostas da Rodovia MG-760 no trecho entre os Distritos de Cava Grande, em Marliéria, e Lavrinha, em Jaguaraçu;

nº 5.727/2016, do deputado Wander Borges, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater as condições da Rodovia MG-214, que liga os Municípios de Capelinha, Itamarandiba e Senador Modestino Gonçalves, anteriormente contemplada pelo programa estruturador Caminhos de Minas;

nº 5.728/2016, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proposta feita pelo governo do Estado ao governo federal sobre o metrô de Belo Horizonte, envolvendo a transferência de todos os passivos da CBTU, inclusive os trabalhistas, para o Estado, conforme notícias amplamente divulgadas nas últimas semanas;



nº 5.729/2016, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja realizada audiência pública para debater as obras inacabadas do PAC Arrudas, a formação de bota-foras clandestinos e a falta de limpeza e capina na Avenida Tereza Cristina, no entorno do Bairro das Indústrias, em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2016.

Deiró Marra, presidente – Celinho do Sinttrocel – Anselmo José Domingos.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2016

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, discutir a situação das Apaes do Triângulo. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Juliana Cota, da Seção de Desenvolvimento de Campanhas da Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, divulgando duas campanhas de interesse público e de promoção à cidadania: Acessibilidade, cujo objetivo é incentivar o alistamento ou a transferência de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida para as seções de fácil acesso (especiais); e Mesário, com o objetivo de incentivar os eleitores a se inscreverem como mesários. Em caso de dúvida o eleitor deve acessar o *site* do TRE-MG ou ligar 148 (disque-eleitor). Ainda, solicita apoio no sentido de afixar os cartazes dessas campanhas nas dependências da ALMG. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.251/2016 (deputado Arnaldo Silva) e 3.149/2015 (deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.128/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Bonifácio Mourão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Margareth Caldas de Souza Anício, diretora da superintendência de pessoal da Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos representando Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação; Maria Tereza Feldner, procuradora jurídica da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais; e Maria de Lourdes Silva Rodrigues, presidente da Apae de Carmo do Paranaíba; e os Srs. David Mello de Jesus, coordenador de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência representando Fausto Pereira dos Santos, secretário de Estado de Saúde; Regis Spindola, diretor de Proteção Social Especial, representando André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Rogério Moraes do Nascimento, presidente da Apae de Governador Valadares e do Conselho das Apaes dos Vales do Aço e Rio Doce; e Wanderson José Rodrigues, vereador de Ituiutaba. A presidência concede a palavra ao deputado Arnaldo Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.730/2016, dos deputados Duarte Bechir e Arnaldo Silva, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as razões para o atraso no repasse de recursos financeiros às Apaes credenciadas como Serviços Especializados de Reabilitação em Deficiência Intelectual - Serdi - e executoras do Programa de



Intervenção Precoce Avançado - Pipa - , bem como sobre a previsão de cronograma para se quitarem os valores atrasados e garantir a regularidade dos repasses;

nº 5.731/2016, dos deputados Duarte Bechir e Elismar Prado, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os serviços de acolhimento institucional oferecidos pela rede socioassistencial, em especial o serviço de Casa-Lar, e suas parcerias com as Apaes;

nº 5.732/2016, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja enviado à Diretoria-Geral da Loteria Mineria e à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para inclusão das Apaes nos programas de repasse de recursos, conforme dispõe o art. 2º do Decreto nº 45.683, de 2011, que contém o regulamento da Loteria do Estado de Minas Gerais;

nº 5.733/2016, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja avaliada a possibilidade de criação de um fundo de recursos específicos para o atendimento às pessoas com deficiência no Estado;

nº 5.734/2016, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania - Sedpac - pedido de providências para que seja avaliada a possibilidade de criação de um fundo específico com vistas à destinação de recursos para o atendimento às pessoas com deficiência no Estado;

nº 5.735/2016, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências com vistas à realização de concurso público específico para preencher cargo de professor vinculado às Apaes, com o fim de evitar a alternância de profissionais nessas instituições;

nº 5.736/2016, dos deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Elismar Prado, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Educação, acompanhada de representante da Federação das Apaes do Estado, para apresentação do atual quadro das Apaes diante da ADI nº 4.876, que julgou inconstitucionais os dispositivos da Lei Complementar nº 100, de 2007.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2016.

Duarte Bechir, presidente – Tito Torres – Bonifácio Mourão.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/4/2016

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Marcelo Aro, Líder da Bancada do Partido Humanista da Solidariedade na Câmara dos Deputados, Alexandre de Menezes Rodrigues, corregedor do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, e Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, presidente do Conselho Federal de Medicina (24/3/2016); Gláucio de Oliveira Nangino, superintendente adjunto de Assistência à Saúde da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, e Rodrigo Gonçalves Marciano de Oliveira, promotor de justiça (29/3/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.194/2016, em turno único (deputado Cristiano Silveira), e Projeto de Lei nº 2.223/2015 (emendas), no 1º turno (deputado Paulo Lamac). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a



apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.156 e 4.294/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nos 1.594, 2.753, 2.941 e 2.961/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, e adiada a votação a requerimento do deputado Carlos Pimenta o Requerimento nº 5.746/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os ataques a entidades e instituições comprometidas com as causas populares. Registra-se a presença da deputada Marília Campos (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), e retira-se o deputado Carlos Pimenta. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.737/2016, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – pedido de providências para melhoria das instalações do local de espera dos familiares que fazem visita aos detentos do Presídio Professor Jacy de Assis, em Uberlândia;

nº 5.738/2016, dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que requerem seja realizada audiência pública para retomar a discussão sobre o processo de fortalecimento da democracia e a promoção dos direitos humanos;

nº 5.739/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater o papel do Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;

nº 5.740/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;

nº 5.741/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que requerem sejam encaminhados à Prefeitura Municipal de Contagem, à Câmara Municipal de Contagem e à Associação dos Municípios da RMBH – Granbel – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 20/4/2016, que ouviu familiares e amigos de Cristiano Guimarães Nascimento, assassinado em frente a uma boate em Contagem, no dia 8/4/2016, para elaboração de estudos de projetos de lei para garantir a segurança dos frequentadores de casas noturnas e boates;

nº 5.742/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que requerem sejam encaminhadas aos deputados federais e senadores do Estado as notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 20/4/2016, para conhecimento e providências, considerando-se que tramita no Congresso Nacional projeto de lei que visa revogar o Estatuto do Desarmamento;

nº 5.743/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que requerem seja encaminhado ao corregedor-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre a conclusão das investigações e o resultado relativos ao envolvimento de policiais militares no homicídio de Cristiano Guimarães Nascimento;

nº 5.744/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que requerem sejam encaminhadas à Polícia Civil, ao Ministério Público, à Corregedoria-Geral da Polícia Militar e à família de Cristiano Guimarães Nascimento as notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 20/4/2016, para que as informações obtidas sejam utilizadas na investigação do homicídio do referido jovem, acontecido em frente a uma boate em Contagem;

nº 5.745/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que requerem seja encaminhado à Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas em Minas Gerais – Abrasel-MG – pedido de providências para que os estabelecimentos filiados adotem práticas mais eficazes de segurança e controle de entrada de armas em boates e casas noturnas, de modo a impedir crimes como o que vitimou o jovem Cristiano Guimarães Nascimento, na Casa Noturna Havana, em Contagem; e sejam encaminhadas à Abrasel-MG e à Boate Havana as notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 20/4/2016.

Registra-se a presença dos deputados Dilzon Melo e Sargento Rodrigues. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destinou a 3ª Fase da 2ª Parte da reunião para audiência dos seguintes cidadãos: Álvaro Abílio Nascimento Neto, Fabiano Guimarães Nascimento, Walter Nery Cardoso, Alexandre Oliveira da Fonseca, Frederico Guilherme Rezende Ferreira, Pedro César Rezende de Assis, Bernardo Ferreira Vitor de Souza e Thiago Dayrell Costa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/4/2016

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Emidinho Madeira e Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão, a discutir, em audiência pública, o alto índice de criminalidade e a insegurança da população de Guaxupé e a receber e votar requerimentos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.747/2016, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para conhecer e debater as ações preparatórias para as Olimpíadas 2016 e as ameaças detectadas por órgãos de inteligência, tendo em vista a presença das delegações da Irlanda, da Sérvia, da Bélgica, do Reino Unido, da China e do Canadá, que se hospedarão em Belo Horizonte;

nº 5.748/2016, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, em que requerem seja realizada audiência pública para apurar e solucionar as irregularidades e ilegalidades imputadas ao diretor e ao diretor de segurança do Presídio de Nova Serrana, com a convocação da corregedora-geral da Secretaria de Estado de Defesa Social, Sra. Katiúscia Fagundes Fernandes;

nº 5.749/2016, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para intensificar o uso do Código de Postura (Lei Municipal nº 8.616, de 2003) na fiscalização de estabelecimentos que realizam as práticas ilícitas do jogo de azar, prostituição e venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, na região do hipercentro de Belo Horizonte;

nº 5.750/2016, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que suas unidades especializadas sejam utilizadas como apoio ao policiamento do hipercentro de Belo Horizonte;

nº 5.751/2016, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia de Polícia Civil pedido de providências para realizar operações conjuntas de repressão qualificada no hipercentro de Belo Horizonte, para combater o tráfico de drogas, assaltos e a prática de jogos de azar;

nº 5.752/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público Estadual pedido de providências para intensificar a repressão aos locais que realizam no hipercentro de Belo Horizonte o comércio ilícito de drogas, a prática de jogos de azar e prostituição, em esforço conjunto com as Polícias Civil e Militar;

nº 5.753/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Subsecretaria de Administração Prisional pedido de providências para avaliar o ato de revisão contratual da Sra. Karina Gomes Pinheiro Mourão, ex-agente penitenciária lotada no Presídio de Nova Serrana, com base no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 116, de 2009;

nº 5.754/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhados ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Defesa Social e ao subsecretário de Administração Prisional as notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária, realizada em 19/4/2016, para conhecimento, e pedido de providências para instaurar procedimento investigatório criminal para apurar denúncias de ofensas aos direitos humanos de agentes de segurança penitenciários lotados no Presídio de Nova Serrana e imputados ao diretor e ao diretor de segurança dessa unidade; e seja aplicada a sanção de demissão dos referidos diretores, prevista no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 116, de 2009;

nº 5.755/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de informações sobre o caráter (oficial ou precedida de autorização de seu superior hierárquico) da presença da diretora do Complexo Penitenciário Pio Conedo na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 19/4/2016;

nº 5.756/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhados à Coordenadoria do Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário as notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária, realizada em 19/4/2016, para conhecimento, e pedido de providências para instaurar procedimento investigatório criminal para apurar denúncias de ofensas aos direitos humanos de agentes de segurança penitenciários lotados no Presídio de Nova Serrana e imputados ao diretor e ao diretor de segurança dessa unidade;

nº 5.757/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte a denúncia de que lojistas estão sendo autuados por fiscais da Prefeitura por utilizarem mangueiras de água para lavar dejetos deixados por moradores de rua durante a madrugada em frente aos respectivos estabelecimentos comerciais;

nº 5.758/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública com a convocação do Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, do Cel. PM Eucles Honorato Júnior, do Ten.-Cel. Gianfranco Caiafa, do Ten.-Cel. Cláudio Vítor e do 1º-Ten. Leonardo Guimarães Oliveira Mailló, para prestarem esclarecimentos sobre o deslocamento de grande parte do efetivo da Polícia Militar para Ouro Preto em 21/4/2016 e sobre a forma de atuação dos policiais militares no evento realizado nesse município, os quais infringiram a Constituição da República, especialmente os direitos de ir e vir, de manifestação e de liberdade de expressão e garantias com natureza de cláusulas pétreas, em cumprimento a ordem do governador do Estado;

nº 5.759/2016, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Ivair Nogueira, em que requerem seja realizada audiência pública para dar prosseguimento ao debate sobre a violência no Município de Betim, bem como para debater a integração dos órgãos de defesa social no sentido de diminuir os atuais índices de criminalidade;

nº 5.760/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para avaliar e acompanhar os resultados das deliberações, dos encaminhamentos e das estratégias discutidas na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/4/2016, oportunidade em que se debateram as condições de segurança no hipercentro de Belo Horizonte, considerando-se o aumento de crimes e contravenções penais, principalmente furtos e roubos, tráfico de drogas, jogos de azar, além da situação de exploração sexual na região, conforme denúncias de moradores e comerciantes, que também reclamam de insuficiência do policiamento militar, ausência de ações da Guarda Municipal e pouca atuação da Polícia Civil na solução desses crimes.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Jarbas Correa Filho, prefeito de Guaxupé; Durvalino Gôngora de Jesus, presidente da Câmara Municipal de Guaxupé; João Batista Mendes Filho, juiz diretor do Foro da Comarca de Guaxupé; Marcos Irani, juiz criminal da Comarca de Guaxupé; Milton Biagioni Furquim, juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Guaxupé; Thales Cerqueira, promotor de justiça da Comarca de Guaxupé; Ten.-Cel. PM Gilson de Oliveira Wenceslau, comandante da 20ª Companhia de Polícia Militar



Independente de São Sebastião do Paraíso; Marcus Roberto Piedade, delegado Regional de Polícia Civil em Guaxupé; Álvaro Mariano Junior, prefeito de Juruaia e presidente da Associação dos Municípios da Baixa Mogiana - Amog – Juruaia; Weber Pereira, diretor adjunto do Presídio de Guaxupé; Arnaldo Bottiel Reis, presidente da Associação dos Sindicatos dos Produtores Rurais do Sul de Minas. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.761/2016, dos deputados Sargento Rodrigues e Emidinho Madeira, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público da Comarca de Guaxupé, à Câmara Municipal de Guaxupé, à Associação dos Municípios da Baixa Mogiana e à Associação Comércio e Indústria de Guaxupé pedido de providências para a construção e a implantação de um centro de internação para adolescentes no município;

nº 5.762/2016, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para o reforço dos efetivos e da infraestrutura no Município de Guaxupé e região;

nº 5.763/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Arantes, Emidinho Madeira e Cássio Soares, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o remanejamento de verbas da publicidade governamental para programas educacionais voltados para adolescentes envolvidos com a criminalidade;

nº 5.764/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Arantes, Emidinho Madeira e Cássio Soares, em que requerem seja encaminhado ao Poder Judiciário da Comarca de Guaxupé pedido de providências para a aplicação de verbas provenientes de penas de prestação pecuniária em projetos de segurança pública, internação de adolescentes e de prevenção social da criminalidade, no que couber, em cumprimento da Resolução nº 154, de 13/7/2012, do Conselho Nacional de Justiça, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária;

nº 5.765/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Arantes, Emidinho Madeira e Cássio Soares, em que requerem seja encaminhado aos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal pedido de providências para a agilidade no julgamento da ADI nº 2.096-0, proposta pela Confederação dos Trabalhadores na Indústria - CNTI -, de 5/11/1999, considerando que o afastamento dos menores a partir de 14 anos do trabalho tem favorecido o recrutamento desses adolescentes para a criminalidade, com graves reflexos para a segurança pública na maioria dos municípios brasileiros;

nº 5.766/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Arantes, Emidinho Madeira e Cássio Soares, em que requerem seja encaminhado aos 513 deputados federais e aos 81 senadores o trecho das notas taquigráficas da audiência pública realizada em Guaxupé, dia 25/4/2016, que contém a fala do juiz e do promotor de justiça da Comarca desse município;

nº 5.767/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Emidinho Madeira e Antônio Carlos Arantes, em que requerem sejam encaminhados ao governador do Estado e à Subsecretaria de Políticas sobre Drogas do Estado o trecho das notas taquigráficas em que consta o depoimento de Norberto Nunes, da Clínica Renascer, de Guaxupé, e pedido de providências para que sejam urgentemente desbloqueados recursos para o tratamento de dependentes químicos no Estado;

nº 5.768/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Arantes e Emidinho Madeira, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a realização de operações conjuntas de repressão qualificada ao crime no Município de Guaxupé e região, com o apoio das unidades especializadas das polícias ostensiva e integrativa;



nº 5.769/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Sargento Rodrigues e Emidinho Madeira, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Defesa Social pedido de providências para a urgente finalização e operacionalização do Centro de Internação de Adolescentes de Passos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Douglas Melo.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/4/2016

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a instituição de áreas de preservação permanente – APPs – nas localidades que terminam em escarpa com inclinação igual ou superior a 45°, definidas pelo §1º, III, do art. 9º da Lei nº 20.922, de 2013, e, em especial, nos termos da Nota Técnica nº 003/2015, do Instituto Estadual de Florestas – IEF. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Paula Mello, coordenadora da Assessoria do Meio Ambiente, representando o Sr. Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Rodrigo Carvalho Fernandes, superintendente de Desenvolvimento Social e Ambiental, representando o Sr. João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcelo Azevedo Maffra, promotor de Justiça e Coordenador Regional de Meio Ambiente, representando o Sr. Carlos Eduardo Ferreira Pinto, promotor de justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, André Augusto Rodrigues Salgado, professor-associado da Universidade Federal de Minas Gerais, Waldir José de Melo, gerente de Monitoramento da Cobertura Vegetal Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, representando a Sra. Adriana Araújo Ramos, diretora-geral do Instituto Estadual de Florestas, Eduardo Nascimento, assessor, representando o Sr. Vilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, Thiago Rodrigues Cavalcanti, advogado do Meio Ambiente do Sistema Fiemg, representando o Sr. Wagner Soares Costa, gerente de Meio Ambiente da Fiemg, Marcelo Ávila Chaves, professor de Engenharia Ambiental da Universidade Fumec, Mário Ferreira Campos Filho, presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool do Estado de Minas Gerais – Siamig –, Jadir Silva de Oliveira, gerente ambiental do Sindicato da Indústria de fabricação do Alcool do Estado de Minas Gerais – Siamig –, Guilherme Barreto, diretor-presidente da Gaia Consultoria, César Augusto dos Reis, diretor executivo da Associação Mineira de Silvicultura, Carlos Antônio Alvares Ribeiro, professor do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa, Lício Pena, presidente da Associação Mineira dos Produtores de Algodão, Thiago Diógenes Cardoso Rocha, advogado da WD Agro industrial Ltda., e Rui Gomes Nogueira Ramos, prefeito do Município de Pirajuba. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2016.

Cássio Soares, presidente – Gustavo Valadares – Tiago Ulisses.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/5/2016****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.032/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre as habilitações dos leitos de UTI e UCI no Estado, detalhando o total de leitos aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite Estadual e o total de leitos publicados pelo Ministério da Saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.039/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o programa Caminhos de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.040/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o planejamento das obras a serem realizadas na MG-050. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.058/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre as datas das desapropriações previstas para a realização das obras de melhoria do trecho da MG-050 sob responsabilidade da concessionária Nascentes das Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.060/2015, do deputado Gustavo Valadares, que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre a fundamentação legal e os valores efetivamente pagos relacionados com o contrato de 7/5/2015, publicado no *Minas Gerais* nº 83 (ano 123), do dia 8/5/2015, na pág. 106, coluna 4, que teve como objeto a contratação dos Srs. Luiz Felipe Salomão e Luiz Fux para proferimento de palestra na conferência O Novo Código Civil Brasileiro, realizada no Minascentro, em Belo Horizonte, em 8/5/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.081/2015, da Comissão de Esporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao secretário de Esportes pedido das informações que menciona, relativas à parceria público-privada firmada entre o Estado e a concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a gestão do



Estádio Governador Magalhães Pinto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.089/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Comunicação Social pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Portal de Investimentos e Publicidade parou de ser atualizado; o critério para contratação de serviços gráficos; os fornecedores de serviços contratados diretamente ou através de agências de publicidade, bem como os valores dos contratos e dos serviços a partir de 1º/1/2015; os investimentos em publicidade a partir da referida data, especificando os critérios para a sua definição, assim como a relação dos valores, dos objetos e dos veículos, incluindo patrocínios, campanhas publicitárias e balanços oficiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.090/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Concessionária Nascentes das Gerais em decorrência de parceria público-privada com o Estado, cujo objeto é a concessão patrocinada da Rodovia MG-050, informando especialmente sobre o montante recebido pela empresa a título de tarifa de pedágio desde o início da cobrança, em 13/6/2008. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.091/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca do motivo pelo qual não estão sendo cumpridas as determinações da Lei Federal nº 12.741, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.264, de 2014, que obriga a inclusão, nas notas fiscais, da informação sobre os tributos incidentes e as respectivas alíquotas, em especial no que diz respeito às notas fiscais relativas a combustíveis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.092/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações acerca da observância da obrigação da aquisição de veículos de motorização flex, quando do acréscimo ou da substituição da frota de veículos pertencente às administrações públicas direta, autárquica, fundacional e a empresas estatais dependentes, bem como da obrigação do abastecimento com álcool combustível – etanol – dos veículos, próprios ou em uso pelo Estado, com motorização flex. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.402/2016, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.019/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.100/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.046/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.047/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.049/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.789/2015, do deputado Cássio Soares, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – a doar o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.798/2015, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.629, de 24 de abril de 2003, a doá-lo à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.099/2015, do deputado Braulio Braz, que altera a Lei nº 15.895, de 6 de dezembro de 2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2015, do deputado Tony Carlos, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Sul – Cistrisul – o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.853/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Itaguara. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.755/2015, do deputado Isauro Calais, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº1, da Comissão de Transporte.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 3/5/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.371/2015, do deputado Durval Ângelo; e 1.683/2015, do deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.219/2015, do deputado Léo Portela.

Requerimentos nºs 3.730 a 3.736 e 3.743 a 3.750/2016, do deputado Cabo Júlio; 4.379/2016, do deputado Douglas Melo; 4.388, 4.389, 4.395, 4.396, 4.444 e 4.445/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e 4.410/2016, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a atuação clandestina de lavadores e guardadores de carros (flanelinhas) e solicitar as providências cabíveis.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/5/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.222 a 4.224/2016, do deputado Ivair Nogueira; 4.382, 4.383 e 4.392/2016, da deputada Geisa Teixeira; e 4.412 a 4.416/2016, do deputado Wander Borges.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 3/5/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.274/2016, do deputado Nozinho.

Requerimentos nºs 4.391/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho; 4.424/2016, do deputado Dirceu Ribeiro; e 4.458/2016, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.398, 4.399, 4.401 e 4.426/2016, do deputado Douglas Melo; e 4.427/2016, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 3/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.393 e 4.397/2016, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 3/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.380 e 4.381/2016, do deputado Douglas Melo; e 4.432 a 4.438/2016, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 3/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.277/2015, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.256/2015, do deputado Antônio Jorge; 2.578/2015, do deputado João Alberto; 2.979/2015, do deputado Ivair Nogueira; 3.239/2016, do deputado Vanderlei Miranda; e 3.246/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/5/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.131/2015, do deputado Rogério Correia, e o Requerimento nº 4.430/2016, da Comissão Extraordinária das Mulheres, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2016.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/5/2016, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 14/2015, do deputado Sargento Rodrigues, e dos Projetos de Lei nºs 1.831/2015, da deputada Marília Campos; 72/2015, do deputado Fred Costa; 255/2015, do deputado Inácio Franco; 479/2015, do deputado Arlen Santiago; 532/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 649/2015, do deputado Fred Costa; 703/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 799/2015, do deputado Arlen Santiago; 877/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.087/2015, do deputado Ivair Nogueira; 1.140/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.380/2015, do deputado Arlen Santiago; 1.607/2015, do deputado Fábio Cherem; 2.074/2015, do deputado Felipe Attiê; 2.409/2015, do deputado Ivair Nogueira; 2.605/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 2.786/2015, do deputado Ivair Nogueira; 2.873/2015, do deputado Arlen Santiago; 2.962/2015, do deputado Douglas Melo; 3.099/2015, do deputado Arnaldo Silva; 3.117/2015, do deputado João Alberto; 3.233/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e outros; 3.305/2016, do deputado João Alberto; 3.397/2016, do governador do Estado; e 3.398, 3.399 e 3.401/2016, do deputado Bráulio Braz, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2016.



Leonídio Bouças, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, Cabo Júlio, João Alberto e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/5/2016, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.371/2015, do deputado Durval Ângelo, e do Projeto de Lei nº 1.683/2015, do deputado Gustavo Corrêa, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.219/2015, do deputado Léo Portela, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.730 a 3.736 e 3.743 a 3.750/2016, do deputado Cabo Júlio, 4.379/2016, do deputado Douglas Melo, 4.388, 4.389, 4.395, 4.396, 4.444 e 4.445/2016, do deputado Sargento Rodrigues, e 4.410/2016, da Comissão de Administração Pública, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/5/2016, às 9 horas, no Parque Fernando Costa, em Uberaba, com a finalidade de, em audiência pública, debater o desenvolvimento do agronegócio no Estado, durante a realização da Expozebu 2016, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 26/4/2016

O deputado João Vítor Xavier* – Sr. Presidente, deputados, deputadas, cidadãos e cidadãs de Minas que nos acompanham pela TV Assembleia, desde já anuncio que cederei os últimos 5 minutos do meu tempo ao deputado Sargento Rodrigues, que, com toda a justiça, terá oportunidade de se pronunciar sobre os fatos.

Quero falar sobre o assunto que tem movimentado o Brasil nos últimos dias, mas não quero fazer uma análise partidária, pessoal nem inflamada, do ponto de vista puramente ideológico ou partidário, desse processo. Quero que fique registrado nos anais da Casa o sentimento do cidadão e do parlamentar a respeito de tudo que vivemos nos últimos dias.

Deputado Bonifácio Mourão, jamais poderia ocupar esta tribuna para celebrar o que tende a ser a cassação de uma presidenta da República em meu país. Creio que um país chegar a essa situação já é motivo para que todos lamentemos. Não sou do tipo que defende o “quanto pior, melhor”; quero o meu país no “quanto melhor, melhor”. Não votei no PT nem na presidenta Dilma, mas gostaria que tudo o que foi prometido tivesse sido colocado em prática, o que, infelizmente, não aconteceu. Também não temos como, deputado Gustavo Valadares, lamentar que a presidenta Dilma tenha tomado esse destino jurídico em um processo aberto pela Câmara dos Deputados.

No domingo em que foi votado o processo de admissibilidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados, assistimos a um verdadeiro *show* de horrores e de hipocrisia. Poucas vezes tive tanta vergonha do exercício parlamentar quanto naquela



tarde. De ambos os lados, vimos a hipocrisia recorrente no microfone da Câmara dos Deputados, em Brasília. De um lado, tínhamos a hipocrisia de alguns que dizem lutar pela democracia, desconhecendo os valores e os preceitos básicos de algo tão importante. Quem defende a democracia tem de fazê-lo na essência desse sentimento; quem defende a democracia precisa, primeiro, acreditar na democracia. E é impossível que quem se abraça constantemente a déspotas, ditadores e inimigos dos direitos humanos possam falar em democracia, a não ser dessa maneira tão vazia, tão vã e tão hipócrita quanto vimos alguns fazerem naquele domingo, no parlamento.

Nos últimos 12 anos, deputado Hely Tarquínio, convivemos com um governo que se abraçou aos piores ditadores dos nossos tempos, a começar pela família Castro, em Cuba, que há 50 anos domina aquela ilha com um regime autoritário, de exceção. Um regime que desrespeita os direitos humanos, que desrespeita os direitos das minorias, que persegue os homossexuais, que persegue todos os cidadãos e cidadãs, que, como a blogueira Yoani Sánchez, se coloquem de maneira frontal contra o regime ditatorial da família Castro em Cuba. Vimos o presidente do Brasil, em mandatos passados, abraçar-se a ditadores da Líbia e do Irã, a personalidades que estão marcadas na história da humanidade como inimigos dos direitos humanos e das liberdades individuais.

Vimos ali personagens defenderem a manutenção da presidenta Dilma invocando personagens da história do nosso país extremamente identificados com a luta da esquerda mais conservadora da história, esquerda que tirou a liberdade da União Soviética, ou, aliás, que criou a União Soviética, tirando a liberdade de tantos e tantos países no mundo.

Na semana passada vi aqui um colega deputado lamentando o muro que foi construído em Brasília no dia da votação do *impeachment* e dizendo que aquele era o muro da vergonha, como o muro construído na Alemanha. Só se esqueceu de dizer esse deputado, que aqui estava presente, um deputado do PT, que esse muro da vergonha em Brasília nos envergonha realmente e se assemelha ao muro construído na Alemanha. Mas se esqueceu também de dizer o deputado que aquele muro construído na Alemanha foi construído pela Alemanha Oriental, que não queria que seu povo tivesse contato com a Alemanha Ocidental, que viveu de maneira perfeita, democrática, durante 50 anos.

Precisamos diminuir a hipocrisia de todos os lados. O Brasil precisa de um novo rumo e de um novo caminho. Não dá para ficarmos com a hipocrisia da esquerda que desconhece todos os crimes cometidos por esse governo, que ignora o mensalão, que ignora o seu prosseguimento no petrolão, que ignora o uso do Estado para construção de um projeto de poder, que ignora que dinheiro público foi usado para irrigar a campanha do PT para eleição e para reeleição da presidenta Dilma Rousseff; que ignora, deputado Arnaldo, que a atual presidenta da República mentiu aos brasileiros durante a eleição, escondeu dados e fatos importantes à Nação naquele momento e que ganhou a eleição com dinheiro desviado dos cofres públicos. Não me refiro aqui, de maneira exclusiva, à incompetência do governo que está levando o País à bancarrota e à falência. Refiro-me também à desonestidade desse governo que ganhou as eleições com dinheiro desviado dos cofres públicos.

Poderíamos, deputado Antônio Carlos Arantes, falar dos crimes fiscais cometidos pela presidenta, crimes que colocam, deputado Alencar, em risco o futuro de nosso país, as próximas gerações, os programas sociais e estruturais desenvolvidos no Brasil nos últimos 20 anos. Mas podemos falar também dos crimes eleitorais cometidos pela presidenta Dilma que já constam em um pedido de *impeachment* protocolado por uma das entidades mais sérias e importantes deste país, a OAB. A presidenta da República ganhou a eleição com dinheiro roubado, desviado dos cofres públicos, e a esquerda do Brasil prossegue, de maneira inútil, tentando negar a realidade porque tentam colocar em prática uma realidade que é muito triste, de que, repetindo mil vezes uma mentira, essa mentira se tornará uma verdade. Não há golpe em curso no Brasil. Há, deputado Luiz Humberto Carneiro, um processo democrático, republicano, seguindo as leis da Constituição do País, abalizado esse processo pela mais alta instância do nosso Judiciário. Diga-se de passagem, Judiciário formado, em sua maioria, por magistrados independentes, capacitados, competentes e que foram indicados a seus cargos pelo próprio governo do PT.

Eu nunca vi em minha história ou na história da humanidade uma presidenta que se diz golpeada deixar o Brasil ou o seu país nas mãos do golpista, viajar ao exterior, retornar ao País e reassumir suas funções de maneira natural. Eu nunca ouvi



isso na história da humanidade. Imaginem só, Fulgêncio Batista teve de fugir de Cuba, e até hoje não houve mais democracia naquele país. Eu nunca ouvi dizer, deputado Inácio Franco, de um presidente golpeado que sai, viaja, vai ao exterior denunciar o golpe e retoma suas atividades. Essa hipocrisia não pode continuar, como também não temos o direito de ignorar a outra hipocrisia colocada e repetida inúmeras e tantas vezes no microfone do Congresso Nacional. Vimos ali alguns dos homens que mais envergonham a Nação falando em honestidade, em probidade, em decência e um novo País.

A mudança pura e simples de governo não fará o Brasil se tornar um país mais decente. Precisamos pôr um ponto-final nessa página vergonhosa da nossa história, que foi a última eleição, construída à base de dinheiro roubado da Petrobras, da Eletrobras e de tantas outras empresas de nosso país. Se não quisermos incorrer no mesmo erro em futuro próximo, precisamos encarar o problema político de nosso país, não apenas como problema de um governo, mas de um estado e de uma nação. Não é possível que tenhamos em nosso país o prosseguimento dos processos eleitorais sem uma reforma política parlamentar e executiva profunda. Só conseguiremos resolver o problema de nosso país, e aí, sim, de fato, ter eleições limpas, honestas e decentes, governos honestos, limpos e decentes, com o fortalecimento das nossas instituições.

Estamos presenciando um momento de profundo fortalecimento de duas instituições das mais importantes, o nosso Judiciário e o Ministério Público, que são protagonistas desse processo de limpeza do País. Agora precisamos do fortalecimento do Parlamento, que só se dará por meio de uma reforma política. Só conseguiremos um novo país quando virarmos a página maculada de eleições realizadas de maneiras irregulares. Só teremos condições de virar a página em nosso país quando construirmos um país sobre uma nova base democrática, respeitando as instituições e com instituições não maculadas por figuras como o desprezível presidente do Congresso Nacional, Eduardo Cunha. A sujeira do Cunha não limpa o governo do PT, mas não pode ser ignorada por nenhum cidadão ou cidadã de bem de nosso país.

Precisamos de um país decente, que se dará por um passo importante, que é a mudança deste governo, mas que precisa prosseguir pela mudança da base eleitoral e, deputado Sargento Rodrigues, das regras eleitorais, o que é fundamental.

Quero abrir a palavra ao deputado Sargento Rodrigues e dizer-lhe que, como já dizia o poeta baiano Castro Alves, “a praça é do povo” e, no dia da liberdade, é intolerável que seja fechada.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Obrigado, deputado João Vítor Xavier. O ilustre deputado Arnaldo já ficou também de nos conceder aparte. Primeiro, quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe a manifestação de solidariedade. Na pessoa de V. Exa., agradeço aos demais colegas deputados que aqui também se manifestaram e ao deputado Hely Tarquínio, nosso presidente, a benevolência na elasticidade do tempo concedido a outros oradores para que pudessem se posicionar.

Deputado João Vítor Xavier, senti-me absolutamente ultrajado como cidadão. E não foi apenas um grupo de policiais e bombeiros militares com os presidentes das suas entidades, o Sgt. Bahia, presidente da Aspra; o Cb. Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados; o Sgt. Alexandre, presidente da Ascobom, que estavam ali se manifestando. Apenas carregávamos, presidente Hely Tarquínio, uma camiseta onde estava escrito “Golpe é Pimentel parcelar o salário dos servidores” – essa era a nossa manifestação – e uma única faixa para a tão sonhada Praça Tiradentes. Entendemos que ali é o lugar onde a democracia deveria ser exercida. Deputado João Vítor Xavier e Dr. Hely Tarquínio, que tanto se desprende na leitura da filosofia, os gregos diziam que a praça, mais conhecida por eles como ágora, era um lugar onde a democracia é para todos.

A praça é um lugar de todos. Todos têm direito de acessar a praça pública, porque era lá, desde os primórdios da Grécia Antiga, onde as questões políticas públicas eram discutidas em nome da sociedade.

E ali, naquela praça, existe um simbolismo muito maior, não só para os mineiros mas também para os brasileiros. E mais ainda, deputado João Vítor, para o 2º-Sgt. Washington Fernando Rodrigues e todos aqueles policiais militares que lá se encontravam. Atrás do palco, deputado Hely Tarquínio, onde ficava o governador e o presidente da Assembleia, que também estava lá, participando da solenidade, está o museu de Ouro Preto, deputado João Vítor, onde se encontram os restos mortais do bravo alferes Joaquim José da Silva Xavier e dos demais inconfidentes, imortalizados naquelas latas que ficam bem atrás.



E esse simbolismo acabou nos trazendo um sentimento de desalento ainda pior. Naquele dia, fomos ultrajados na nossa condição de cidadãos, deputado Hely Tarquínio, pois nos utilizávamos de uma cláusula pétrea, que é o direito de ir e vir de qualquer cidadão.

Cheguei a dizer ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque: comandante, esses cidadãos da CUT e do MST, que estão passando atrás do senhor, têm todo o direito de adentrar aqui e gozar de suas liberdades democráticas, mas esses outros cidadãos, que estão do lado de cá, não têm menos direito de ir e vir.

Portanto, deputado João Vítor, quero cumprimentar V. Exa.. Concluirei a minha fala no aparte que farei ao ilustre deputado que sucederá V. Exa. nesta tribuna, deputado Arnaldo Silva. Foi um dia muito triste para este deputado, pois vi ali a Tropa de Choque da Polícia Militar à qual pertenci durante seis anos, nos idos de 1988 a 1993, quando fiz parte das fileiras do Batalhão de Choque. Foi uma absoluta tristeza! Além do mais, na qualidade de advogado e intérprete dos direitos fundamentais, ressalto que não só eu mas também todos aqueles cidadãos que lá se encontravam, enfim, todos nós fomos absolutamente ultrajados.

Parabéns a V. Exa.. Mais uma vez, obrigado pela solidariedade manifestada nesta tribuna.

O deputado João Vítor Xavier* – Presidente, gostaria de dizer que, de maneira oportuna, voltarei a esta tribuna para expressar o meu sentimento de insatisfação com o momento que vivemos no Brasil. Não podemos fechar os olhos para aquilo que está ficando para trás e cometer o mesmo erro que o PT cometeu no passado.

Não me sentirei à vontade para participar de qualquer processo junto com figuras nefastas da história do Brasil. Refiro-me ao erro que levou o PT a um governo tão medíocre e que termina de maneira tão triste. Não me sentiria feliz ao participar de um processo e saber que estaria ao lado de Eduardo Cunha, Paulo Maluf e tantas outras figuras que envergonham a história do nosso país. Se queremos um país democrático de verdade, um país limpo de verdade, não podemos achar que a sujeira está apenas presente neste governo – e está presente, de maneira contundente, no atual governo. Precisamos construir pilares mais sólidos para a democracia, deputado Sargento Rodrigues. Como disse o escritor português José Saramago, prêmio Nobel de Literatura, o grande problema da democracia atual é que algumas pessoas usam-na para, de maneira democrática, serem nada democráticos. Foi o que aconteceu com V. Exa..

A praça é do povo, ao povo pertence e ao povo deve ser legada. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arnaldo Silva* – Sr. Presidente, nobres parlamentares que compõem a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, boa tarde. Primeiramente gostaria, na oportunidade, de fazer minha manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Alceu Silva Queiroz, ex-prefeito de Frutal, homem público que esteve sempre à frente da sua época, um gestor dinâmico que, à frente do Executivo municipal na minha querida cidade de Frutal, pautou por duas vezes sua marca como gestor desenvolvimentista, deixando ali um grande legado de desenvolvimento, de prospecção de novos investimentos, de abertura da cidade, tornando-a uma referência de polo regional próximo ao Pontal do Triângulo, no baixo Vale do Rio Grande. Gostaria de trazer meus sentimentos, minhas homenagens a todos os seus familiares, filhos, netos, genros e noras, uma família da qual sempre estive muito próximo. Hoje recebi com muita tristeza a notícia do falecimento do Sr. Alceu Queiroz, brilhante homem público que marcou a história da minha querida Frutal.

Em seguida, Sr. Presidente, não poderia deixar também de registrar, de externar minha solidariedade ao deputado Sargento Rodrigues. Quero dizer que realmente este Parlamento foi ofendido de forma dramática, terrível. Aliás não só este Parlamento, deputado Sargento Rodrigues, também tivemos uma ofensa aos princípios basilares da democracia, às liberdades individuais, como muito bem explanado pelo deputado João Vítor Xavier. Lamentavelmente, não é a primeira vez. Fui vítima de uma situação parecida com essa, relatada nesta tribuna, na cidade de Prata, quando fomos impedidos de realizar visita a duas escolas estaduais do município. Essas ofensas à democracia podem começar com gestos, talvez vistos por muitos como sendo pequenos. Mas não há pequenez nenhuma nas ofensas que vimos e que estamos acompanhando em relação ao



procedimento, às tratativas dadas principalmente por representantes deste governo aos deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Precisamos dar um basta nisso.

Cheguei agora à Assembleia Legislativa, mas tenho uma visão desta Casa como uma casa que sempre trabalhou e atuou com altivez, dinamismo, representatividade e com grandes nomes da história de Minas Gerais que passaram por ela. Não seria, de forma alguma, admissível termos tolerância com o que aconteceu com V. Exa., Sargento Rodrigues, ou qualquer que seja o parlamentar que represente o povo mineiro na Assembleia Legislativa, independentemente de lado político, de bandeiras partidárias, de composições de bloco, seja de um lado ou de outro. Tenha a minha solidariedade. Mesmo compondo o bloco de apoio ao governo de Minas, assinei o requerimento. Vou assinar quantos requerimentos forem necessários, que venham fazer, acima de tudo, a defesa das nossas atribuições funcionais, como o senhor estava fazendo muito bem naquele momento, como cidadão, em primeiro lugar, e como representante legítimo do povo mineiro que compõe a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O deputado Sargento Rodrigues* (em aparte) – Agradeço ao ilustre deputado. Queria complementar o que já havíamos iniciado na nossa fala. Estava com um tempo muito curto no aparte ao deputado João Vítor, restavam apenas 3 minutos. O que nos deixou muito triste, deputado Hely Tarquínio... Peço a V. Exa. que essas observações, essas manifestações cheguem o mais rápido possível ao presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes, que, quando assumiu a presidência desta Casa, no seu discurso de posse, disse que trabalharia muito para resgatar as prerrogativas deste Poder. Lembro-me perfeitamente dessas palavras quando ele assumiu.

Assisti, deputado Arnaldo, a todo momento, os integrantes do MST e da CUT passarem livremente, deputado Hely Tarquínio, cerca de duas mil pessoas, enquanto nosso grupo aguardava pacientemente a entrada dos integrantes do MST e da CUT, sem se identificarem, sem apresentarem qualquer tipo de credenciamento.

Ainda que fosse alegado o tal credenciamento, não existe credenciamento que possa suplantar, que possa jogar numa lata de lixo os direitos e garantias fundamentais, deputado Arnaldo.

O constituinte, deputado Hely Tarquínio, foi absolutamente inteligente na hora de inserir, no texto dos “Direitos e garantias fundamentais”, o *caput* do art. 5º, que se amolda perfeitamente no caso concreto vivido por este deputado e por um grupo de policiais e bombeiros militares. “Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

Ali, deputado Arnaldo, eu cobrava do coronel: por que esse cidadão está entrando – e ele tem o direito de entrar, porque está exercendo o direito dele –, mas o cidadão do lado de cá, que está fazendo uma manifestação pacífica, não pode entrar. Ele disse textualmente: “Estou cumprindo ordem, deputado, do Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, chefe do Gabinete Militar do Governador”. Por duas vezes, deu-me a mesma resposta. Mas, deputado Arnaldo – sei que V. Exa. é dado à prática das lidas jurídicas também – e deputado Hely Tarquínio, o constituinte deixou uma clareza nos direitos e garantias fundamentais, no § 1º, que assim definiu: “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. Chamamos isso, Dr. Hely, de normas de eficácia plena. Não há absolutamente qualquer outro texto que possa se sobrepor aos direitos e garantias fundamentais.

Então, a atrocidade cometida com este deputado, na qualidade de cidadão, e com os demais que queriam adentrar à praça foi uma grave violação aos direitos humanos. Para que V. Exas. saibam, foi deslocado daqui, da Região Metropolitana, um fortíssimo aparato policial de viaturas do Batalhão de Choque, do Batalhão Rotam, da 3ª Região, da Academia da Polícia Militar, desguarnecendo-se a Região Metropolitana de Belo Horizonte, que ficou totalmente desguarnecida de efetivo e viaturas policiais, a fim de cercar e sitiar a cidade de Ouro Preto para que ninguém nela entrasse, ninguém que não fosse do interesse do governador do Estado, Fernando Pimentel. Algo, deputado Arnaldo, que jamais, em 17 anos de mandato e em 15 anos como servidor da Polícia Militar, vi. Nunca vi nada igual. Nunca vi um aparato daquele, tanto do efetivo humano quanto de

www.almg.gov.br Página 30 de 45



recursos logísticos. Além do mais, deputado Hely Tarquínio, na condição de cidadão, ser impedido pelos meus colegas da Polícia Militar, dizendo-me que havia uma ordem.

O que farei, deputado Arnaldo? Porque não sou deputado de abaixar a cabeça. Todos que me conhecem sabem do meu perfil e da minha personalidade forte, principalmente quando o meu direito é pisoteado, massacrado. Não costumo arredar o pé e não arredo mesmo, porque assim nos dizia e nos ensinava, deputado Arnaldo, o grande jurista alemão Rudolf von Ihering: "Todos os direitos da humanidade foram conquistados através da luta. Todo e qualquer direito só se afirma por uma disposição ininterrupta para a luta".

E vamos para a luta, deputado Arnaldo. Não vamos deixar o nosso direito ser rasgado, tolhido, pisoteado. Vamos para a luta. Ihering tinha razão e sabia o que estava dizendo quando proferiu a palestra em Viena, na primavera de 1872. E daquela palestra surgiu a obra *A luta pelo direito*, desse grande jurista alemão. Não vamos abrir mão.

Ontem mesmo, deputado Hely Tarquínio, na Comissão de Segurança Pública, aprovamos um requerimento convocando os cinco oficiais que lá estavam em posição de comando e que deveriam ter tomado atitude, mas nada fizeram. Pelo contrário, cumpriram uma ordem ilegal, absurda, que violou os direitos humanos: o Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, o Cel. Eucles, o Ten.-Cel. Cláudio Vitor, o Ten.-Cel. Jean Franco e o Ten. Maylon, um 1º-tenente do BPCChoque.

Ele teve a ousadia, deputado Hely Tarquínio, por duas vezes, de desferir jatos de gás lacrimogêneo na cara deste deputado e dos demais que lá se encontravam. Não há absolutamente, deputado Arnaldo, nada que o comando da Polícia Militar tenha para explicar publicamente que justifique uma agressão, uma violação tão grave como a que foi feita na cidade de Ouro Preto no dia 21 de abril, onde o governador, antagonicamente, deputado Hely Tarquínio, ironicamente discursava falando sobre liberdade democrática. Enquanto isso, a menos de 200 metros do palanque do governador, onde estava também o presidente desta Casa, estávamos recebendo jatos de gás lacrimogêneo na cara, nos olhos. Estávamos recebendo esses jatos eu e os demais colegas policiais e bombeiros militares.

Providências estão sendo tomadas. O requerimento foi aprovado. Marcaremos a audiência. O presidente da Assembleia, deputado Hely Tarquínio, tem de fazer valer a força do Parlamento e fazer com que esses oficiais compareçam em audiência pública para aqui prestarem os devidos esclarecimentos por tamanha ofensa, não a este deputado, mas ao Parlamento, aos representantes legítimos do povo.

Agradeço a V. Exa. Parabéns. Pode contar com nosso apoio. Da mesma forma, quando V. Exa. foi violado, aqui também estive nesta tribuna, com esta mesma postura, dizendo que essa agressão não pode continuar. V. Exa. não tem somente o direito de adentrar uma escola pública, V. Exa. tem o dever de ir à escola e fiscalizar. Não foi o governador que deu esse direito a V. Exa., não foi o diretor da escola, foi o constituinte originário que deu a V. Exa. essas atribuições. Deu o dever, não o favor. Parabéns a V. Exa.

O deputado Arnaldo Silva* – Obrigado pelo aparte, deputado Sargento Rodrigues. Antes de conceder aparte ao deputado Glaycon Franco, informo que o que me preocupa são os rumos que podemos, em pouco tempo, presenciar em Minas Gerais. Lamentavelmente, deputado Sargento Rodrigues, enquanto fui proibido de fazer uma visita a uma escola pública na cidade de Prata, vimos recentemente em Uberlândia uma escola pública do Estado sendo utilizada e cedida a parlamentar desta Casa para realização de ato partidário em defesa de movimentos de partidos políticos, até mesmo quanto a essa discussão do *impeachment* que se realiza em Brasília, na Câmara Federal.

Lamentavelmente, o que estamos assistindo em Minas Gerais é uma inversão de valores, é uma confusão entre o público e o privado. Não podemos coadunar com esse tipo de situação. Não podemos admitir que isso prevaleça e tome curso, cada dia, cada vez mais.

O deputado Glaycon Franco (em aparte)* – Sr. Presidente, distinto e jovem deputado que muito orgulha esta Casa, que começou esse mandato com brilhantismo, com essa capacidade que nos tem alegrado muito, principalmente no trabalho nas comissões, não poderia deixar de me manifestar e fazer coro com as palavras dos ilustres deputados que me antecederam.



Quero deixar registrada nossa indignação, que, tenha certeza, deputado Arnaldo Silva, está manifesta em todos os deputados desta Casa. Não podemos nos coadunar com atitudes como essa, não podemos aceitá-las.

V. Exa. foi barrado ao exercer seu direito de parlamentar, direito concedido pelo povo do Triângulo Mineiro. Não podemos permitir que um deputado como o Sargento Rodrigues, que é referência nesta Casa, tenha seus direitos tolhidos, principalmente no dia 21 de abril, principalmente na praça de Ouro Preto, berço dos movimentos libertários, berço dos progenitores dos movimentos que levaram à nossa independência, num chão pisado por nossos inconfidentes. Foi uma situação lastimável, que não podemos aceitar.

Fico imaginando como estão nossos inconfidentes neste momento, onde quer que estejam. Em quê estarão pensando? Quanto a essa situação, esta Casa tem de tomar providências. Foi lembrado aqui, é um direito manifestar.

Todos têm o direito de se manifestar. Tenho a certeza de que essa diretoria, o nosso presidente, tem a sensibilidade e a grandeza de entender essa situação, e esta Casa não pode se omitir neste momento.

Eu gostaria, Arnaldo, para completar nosso aparte, de manifestar meu voto de pesar a um grande médico de Minas Gerais, que faleceu no último sábado, dia 16 de abril, o Dr. André Luiz Roquette, que teve relevantes serviços prestados à Polícia Civil durante 29 anos de trabalho. Ele foi um grande professor universitário, um dos médicos com o maior espírito público e altruísta que conheci ao longo dos meus 25 anos de exercício da medicina no Alto do Paraopeba e Vale do Piranga. Foi professor de vários cursos da Fumec, de direito e de biomedicina. Ele faleceu no último sábado, dia 16. Provamos aqui, aliás, Dr. Hely, que ele foi um grande colega nosso. Faleceu no último sábado, e eu não poderia deixar de registrar esse fato – inclusive, foi aprovado nesta Casa um voto de pesar – e manifestar nossas condolências à família. Espero que Deus nos conforte. Infelizmente Minas, o Alto Paraopeba e a Polícia Civil perderam um grande homem público.

Obrigado, deputado Arnaldo Silva, pelo espaço. Estamos juntos nessa caminhada. Parabéns pelo belo trabalho que tem feito neste pouco prazo como deputado pela Assembleia de Minas.

O deputado Arnaldo Silva* – Agradeço o aparte do deputado Glaycon. Sr. Presidente, muito obrigado também por nos permitir o avanço na questão do tempo necessário. São essas as considerações que tínhamos a fazer hoje.

* – Sem revisão do orador.

24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discurso Proferidos em 27/4/2016

O deputado Gustavo Corrêa – Boa tarde a todas as deputadas e a todos os deputados. Cumprimento o presidente deputado Hely Tarquínio, que tão bem conduz os interesses, os destinos e as reuniões desta Casa; o público que nos acompanha pelas galerias; os telespectadores da TV Assembleia que nos acompanham pelos quatro cantos do Estado; minhas senhoras; meus senhores. Confesso que o assunto principal que me traz a esta tribuna na tarde de hoje é o momento que o Brasil vive, de profunda perplexidade e, mais que isso, um momento em que grande parte da população consegue visualizar uma luz no fim do túnel.

Mas não poderia deixar de me manifestar, até porque acabou de ser lida pelo 1º-secretário desta Casa mensagem do governador do Estado incorporando ao seu patrimônio os imóveis da Cidade Administrativa. Causa-me mais estranheza que, no passado, o governo fez caminho inverso quando concedeu à Codemig o edifício onde se encontra instalada a TV Minas e outras tantas autarquias. Será que o governo agora pretende, por pirraça, utilizar o imóvel da Cidade Administrativa como garantia para algum empréstimo ou, quem sabe, algo que tem sido dito aos quatro cantos do nosso estado, este governo pretende vender aquele prédio para aumentar o caixa do Estado para cumprir os compromissos irresponsáveis que vem realizando? Quero ouvir do governo uma justificativa real e verdadeira. Da mesma forma espero que o Sr. Marco Antônio Castelo Branco, presidente da Codemig, venha aqui participar de audiência pública que teve requerimento aprovado por esta Casa para explicar aos mineiros – tenho a certeza de que nenhum dos senhores e das senhoras deputadas têm condições de



me explicar neste instante – o que levou o governo do Estado, que afirma aos quatro cantos que não tem recursos, deputado Emidinho Madeira, alocar algo em torno de R\$200.000.000,00 numa instituição privada, numa subsidiária desta instituição, cujas ações negociadas na Bolsa de Valores não valem sequer um centavo. Quero dizer com isso que o governo do Estado colocou R\$200.000.000,00 num banco privado sobre o qual não tem controle. Pior, é um banco que não tem valor de mercado, sequer 1/3 do que foi ali alocado. Por que o governo não colocou, meus amigos e minhas amigas, esse dinheiro no BDMG, no Bradesco, no Banco do Brasil, no Itaú, no Santander ou, então, em duas instituições financeiras mineiras existentes que fazem as mesmas ações que esse banco, que inclusive têm maior destaque e reconhecimento no mundo do mercado financeiro, sobretudo uma segurança financeira maior e mais tranquila?

Então, espero que o governo se manifeste e pare de enrolar a população com essas histórias, porque quem enrolou demais, quem fez pedaladas demais foi a presidenta da República. Os jornais de hoje, meus amigos e minhas amigas, estão anunciando que a presidenta da República já está limpando suas gavetas, que recomendou a sua assessoria que comece a limpar as gavetas do Palácio do Planalto. Nem a presidenta da República acredita mais que permanecerá no cargo, até porque ela sabe e reconhece os crimes que cometeu. Ela sabe que cometeu crimes que estão previstos na Constituição do nosso país. Ouvi determinados partidos políticos, determinados membros deste partido e de outros partidos que compõem a base de apoio à presidenta da República que é golpe, é um absurdo. Golpe foi o que foi feito com a população brasileira, que acreditou nas falsas promessas de campanha, que acreditou que o País caminhava num mar de rosas, que não havia desemprego no País, deputado Bonifácio Mourão, que era um governo austero, um governo que governava para o povo, um governo que tinha preocupação com o trabalhador, e nada de trabalhar realmente para esses a quem me referi.

Um governo que sucateou e roubou a maior empresa brasileira, a Petrobras; que fez com que o Brasil fosse conhecido nos órgãos de imprensa internacionais como um país onde a presidente da República e seu partido se utilizaram da Petrobras para fazer caixa dois a fim de se perpetuar no poder. Mas o Congresso Nacional ouviu a opinião popular. Uma presidente da República que foi eleita por uma pequena maioria dos brasileiros não tem sequer 140 deputados no Congresso Nacional entre quinhentos e poucos. Que governabilidade é essa? Esse foi o golpe dado, essa ilusão aos brasileiros.

Da mesma forma, deputado Bonifácio Mourão, em nosso estado ocorre a mesma coisa. O governador está aí alarmando pelos quatro cantos que sancionou o projeto dos servidores da educação. Fantástico, justo, merecido, mas agora quero ver o governo do Estado cumprir o que a Constituição Federal determina e pagar até o 5º dia útil do mês. Isso o governo não faz. Vão dizer que são problemas das gestões passadas, mas é mentira porque as gestões passadas pagavam até o 5ª dia útil do mês. Algumas vezes até antecipavam esse pagamento. Mas este governo está com os dias contados como o governo da presidente da República. São governos iguais. Começando pelo partido. O partido da presidente da República é o partido do Fernando da Dilma, do Lula, do Vaccari, do Zé Dirceu e de outros tantos. Esse é o partido do governador do Estado.

Outra coincidência: ambos mentiram aos seus eleitores para obter êxito nas eleições. O governador prometeu mundos e fundos e mentiu aos mineiros, não tem cumprido com esses compromissos. A presidente da República da mesma forma. Concedo aparte ao deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Gustavo Corrêa, V. Exa. está abordando com profundidade e conhecimento uma questão a que estamos atentos quando lembra essa história criada pelo PT de que se trata de um golpe; história repetida como um papagaio por Brasília. A essa altura, o ex-presidente Lula e a presidente Dilma querem divulgar até para o exterior essa imagem, o que é extremamente lamentável. Agora nos lembramos da eleição do Prof. Antonio Augusto Anastasia, ex e grande governador de Minas Gerais, para relator no processo de *impeachment* da presidente da República. Aí passamos a entender por que o PT não queria de forma nenhuma que o Prof. Anastasia fosse o relator. O PT quer continuar falando em golpe. E ele, técnico e professor em direito constitucional, administrativo e direito público, vai provar por A mais B que se trata de processo regido pelos art. 51 e 52 da Constituição Federal, e ao mesmo tempo pela Lei nº 1.079, que trata do processo de *impeachment*. *Ele vai fundamentar e provar através de doutrina, jurisprudência e assim por diante que se trata de processo legal, seguindo as normas traçadas para o procedimento pelo Supremo Tribunal Federal. O Senado elegeu por*



maioria massacrante de votos – 16 a 5 – o Prof. Antonio Augusto Anastasia. A partir daí a tese de golpe vai cair de vez por terra, porque ele vai provar por A mais B que se trata de processo legal. A comissão votou por 16 a 5 e, com certeza, o placar no Senado seguirá a mesma proporção desses votos.

O deputado Gustavo Corrêa – Quero parabenizar V. Exa., porque seria um dos assuntos de que eu trataria. Mas, como V. Exa. é conhecedor da matéria, vou me ater a fazer minhas as palavras de V. Exa. Quero apenas complementar o que disseram aqueles que acompanharam ontem a eleição do senador Antonio Anastasia, ex-governador do Estado, para relator do processo de *impeachment* na comissão especial do Senado. Determinado senador do meu partido, o senador Ronaldo Caiado, disse o seguinte: “Se o PT está tão insatisfeito assim, que ele apresente um nome para disputar com o Prof. Anastasia, porque veríamos se realmente há alguém à altura do Prof. Anastasia para ser o relator”. Mas tenho certeza de que os senadores, como os congressistas que ali estão, têm responsabilidade e votarão de acordo com o que determina a Constituição, baseados na prudência, na ética, na tolerância que o senador Anastasia tem e que tenho certeza serão implementadas em seu relatório.

Algo que eu afirmava anteriormente eram as comparações de um governo com o outro. Agora vou citar mais uma que está nos jornais de hoje: o governador Fernando Pimentel, para os que se lembram muito bem, tão logo assumiu o governo – vou repetir algo que já foi dito aqui inúmeras vezes –, deputado Nozinho, disse que os cofres do Estado eram deficitários. Em vez de fazer os cortes necessários – e já se passou quase um ano e meio de governo –, o governador não os fez. Pelo contrário, inchou a máquina pública, criou mais cargos. Para que, deputados Bonifácio Mourão e Dalmo Ribeiro Silva? Para ter maioria em sua base, aqui na Assembleia, para aprovar os projetos de seu interesse. E vem alarmando que encaminharia uma reforma administrativa a esta Casa. Parece-me – estou trabalhando com o futuro, mas não sou vidente para dizer – que o governador agora vai encaminhar a reforma administrativa. Sabe por que, deputado Cabo Júlio, assim o fará? Porque é a última sobrelida dele para tentar ter ampla maioria nesta Casa. E tenho certeza de que ele está oferecendo cargos para vários companheiros políticos. Mas essa estratégia não dará certo. A presidente Dilma assim quis fazer em Brasília para impedir o processo de *impeachment*, ofereceu ministérios a diversos partidos políticos e diretorias de estatais. Mesmo assim, ela não conseguiu ter maioria para segurar o *impeachment*. Aposto – anotem, senhoras e senhores da imprensa – que o governador, nessa reforma que porventura ele encaminhará à Assembleia, contemplará partidos políticos para, de alguma forma, tentar obter a maioria nesta Casa.

Como eu bem disse, é a última tacada, porque os problemas que o governador vem enfrentando são sérios, muito mais do que os da presidente da República. Crimes de responsabilidade administrativa ele já cometeu, e tem cometido sistematicamente; fora problemas que vem enfrentando junto à Justiça em função de diversas operações fruto de dinheiro desviado da Petrobras em sua campanha. Acho que o governador, num gesto de grandeza, deveria pedir licença para cuidar dos seus processos, que têm de ser enfrentados.

A Justiça brasileira é séria. O governador impetrou um *habeas corpus* preventivo no STF para impedir que o processo da Operação Acrônimo tenha prosseguimento. Parece que já teme. O ditado popular diz: “Quem não deve não teme”. Para que essa medida preventiva? Por que o governador não encaminhou essa reforma, que diz que vai encaminhar, mais tempo atrás? Por que a presidente da República também não fez esses cortes?

Estarei aqui, deputada Rosângela Reis, esperando que essa reforma chegue à Casa.

Somos responsáveis e sempre pregamos que a máquina pública deve ser enxuta como era no governo que defendi, governo que foi referência em nosso país e em órgãos internacionais. Os governos passados, estes sim, não fizeram de seus governos cabide de emprego para alocar companheiros políticos. Se for para cortar na máquina pública da forma que deve ser, terá o nosso apoio. Não somos irresponsáveis como outros tantos são, mas queremos saber por que essa reforma foi prometida no ano passado e ainda não chegou a esta Casa. Agora, quero ver as desculpas que serão dadas. Da mesma forma, em relação ao prédio da Cidade Administrativa, queremos entender o que o governo pretende com aquilo, porque não teve um peso para uma coisa e agora está tendo para outra.



Já estou concluindo dizendo que, no momento oportuno, trataremos dessas outras tantas matérias que, tenho certeza, há uma certa nuvem sobre a cabeça dos mineiros.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da nossa TV Assembleia, não vou responder diretamente ao deputado líder da oposição porque amanhã vamos ter um grande capítulo: o passeio ciclístico de Minas Gerais. Não é pedalada, é passeio ciclístico. Amanhã vamos ter outro capítulo um pouco inusitado: a cavalgada de Minas Gerais. Mas isso é para a amanhã, e vamos ter eco dela.

O que me traz aqui hoje é um discurso de balizamento, que acredito ser necessário e que deva ser feito neste parlamento. (– Lê:)

“O novo nome da liberdade é a defesa da democracia, dos valores republicanos, do respeito à vontade soberana do povo”. O trecho do discurso do governador de Minas Gerais, durante a solenidade da Medalha da Inconfidência, na última quinta-feira, dia 21, em Ouro Preto, traduz a tarefa que temos hoje na luta pela prevalência dos valores democráticos. Em tempos de golpe, lá e cá, se utilizam de mentiras, boatos e interpretações tortas de nossas leis, na tentativa de criar um clima de terra arrasada, com o único objetivo de suplantar a vontade popular expressa nas urnas.

Encaixa-se nessa lógica o mais recente boato espalhado no Estado por alguns deputados da oposição e plantado até em órgãos de imprensa. Segundo os boquirrotos, conforme o art. 92 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel seria automaticamente afastado do cargo caso denúncia contra ele fosse aceita pelo STJ.

É bom que se diga que o governador foi somente indiciado pela Polícia Federal, não havendo contra ele manifestação do Ministério Público Federal, o qual, diga-se de passagem, já se posicionou anteriormente contra o indiciamento. Acrescente-se que Pimentel foi indiciado sem sequer ser ouvido e sem que seus advogados tivessem acesso às peças do inquérito, uma situação totalmente inusitada, que fere o Estado Democrático de Direito.

Ainda que não queiramos polemizar, não podemos deixar de trazer à discussão, como já destacamos neste espaço, que governadores de outros estados já foram até condenados e continuam no exercício do cargo, por decisão de liminar. Também é impossível não lembrar que um ex-governador tucano de Minas Gerais foi condenado a 23 anos de cadeia e permanece em liberdade, com atuação política e partidária. Da mesma forma, não há como desconsiderar o exemplo do candidato do PSDB a governador de Minas nas últimas eleições, que está sendo processado por envolvimento no esquema do mensalão mineiro e segue tranquilamente com suas atividades.

Situação bem diversa é a do governador Fernando Pimentel. Para melhor compreensão, há de se fazer a correta interpretação de nossa Constituição Estadual, à luz da Constituição Federal e das jurisprudências afins. Segundo o mencionado art. 92, podem ser imputados a um governador dois tipos de crime: comum e de responsabilidade.

O crime de responsabilidade refere-se a fato acontecido no exercício do mandato, cabendo à Assembleia Legislativa, nesse caso, autorizar a abertura de processo e sendo necessários, para tanto, 2/3 dos votos dos deputados estaduais. Já o crime comum – no qual, em tese, se enquadraria o indiciamento de Fernando Pimentel – é configurado por ato praticado fora das atribuições do cargo. É nesse caso que a Carta Estadual, ao remeter a competência de julgamento ao Superior Tribunal de Justiça, prevê o afastamento, caso haja recebimento de denúncia. Há muitas controvérsias, no entanto.

É bom atentar para o que estabelece a Constituição Federal de 1988, ao tratar, em nível federal, do afastamento do chefe do Executivo. Em seu art. 86, ela é clara ao estabelecer que também é necessária a autorização expressa do Legislativo para que o presidente da República seja submetido a julgamento por crime comum. Mais do que isso, afirma que somente haverá afastamento se recebida a denúncia pelo tribunal competente.

“Art. 86 – Admitida a acusação contra o presidente da República, por 2/3 da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade. § 1º – O presidente ficará suspenso de suas funções: I – nas infrações penais comuns, se recebida a



denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; II – nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.”

Portanto, em uma esperada analogia, verificamos a necessidade de manifestação expressa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com 2/3 dos votos – que seriam 52 votos – para um suposto afastamento, sobre o qual também caberia ao STJ definir a pertinência.

Fato é que, em 2005, ao decidir pelo recebimento de ação penal contra o então governador de Rondônia, Ivo Cassol – não vou falar de que partido –, a Corte Especial do Tribunal deliberou pelo não afastamento de funções. Também em Minas, tivemos dois governadores, de diferentes partidos, que, mesmo sendo réus em processos no STJ, exerceram seus mandatos até o final.

Fica evidente, assim, que não passam de factoides – com objetivos nada nobres – as notícias de afastamento automático de Fernando Pimentel, disseminadas pelas viúvas do PSDB – entre aspas – em Minas. Nosso governador está em pleno gozo de seu mandato e assim ficará até o final. À oposição, recomendo que, em vez de espalhar boatos, procure trabalhar muito, pois em 2018 estaremos a postos para derrotar o turista de Goiás, ou qualquer outro forasteiro que tente plantar – entre aspas – no governo do Estado. O governo Pimentel vai muito bem, obrigado. E caminha a passos largos no cumprimento de seus compromissos com as políticas sociais, a participação popular, a interlocução com os movimentos sociais e a valorização do funcionalismo. Exemplos desses avanços não faltam, como os fóruns regionais de governo e a inclusão de suas propostas no orçamento, ou os avanços na luta pela terra. Ou, ainda, a garantia dos direitos dos atingidos por barragens, por meio de projeto de lei construído participativamente e que já tramita na Assembleia; bem como o fundamental resgate da educação, com o pagamento do piso nacional do magistério, a recuperação das carreiras dos servidores, a paridade para aposentados e pensionistas e várias outras medidas.

O grande desafio, agora, é dar um salto de qualidade na saúde. Para isso, começam a funcionar, no segundo semestre, no interior do Estado, os hospitais regionais e centros de especialidades, bem como já estão previstos investimentos na valorização do profissional da saúde. Também devem ser anunciados em breve novos investimentos em logística e infraestrutura na segurança pública, melhorias que se aliam às milhares de contratações de policiais civis e militares. Que ninguém duvide: ao final destes quatro anos, Fernando Pimentel será reconhecido como o melhor e mais eficiente governador de Minas Gerais, frustrando, de vez, os planos das “aves de rapina”.

É bom que se diga que aqui, em Minas Gerais, em 2001, houve o caso do governador Itamar Franco, que, por ter xingado um general, chefe de gabinete militar do presidente – aquele que pediu para que a gente esquecesse o que ele escreveu, Fernando Henrique Cardoso –, sofreu um processo por parte do Ministério Público Federal, do qual foi relator o ministro Celso de Mello. E é bom que se diga qual foi a decisão, em 2001, do ministro Celso de Mello, que precisaria encaminhar, como encaminhou, para esta Assembleia, porque, para processar o governador por crime comum, precisaria de 2/3 da Assembleia. Licença não concedida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Então nós temos esse precedente, em que o ministro Celso de Mello, que está aí, foi quem julgou.

No último 21 de abril, data emblemática para a luta dos mineiros por liberdade e justiça, duas imagens simbolizaram o diferencial do governo Pimentel: no palco, como homenageado, Pepe Mujica, símbolo maior da luta das classes populares por liberdade na América Latina. Embaixo, em lugar de destaque entre os convidados, os movimentos sociais de luta pela terra, de luta pela educação, de luta por direitos, que jamais haviam participado da celebração como protagonistas. A mensagem que fica é a de resistência e luta pela soberania popular. Como bem ressaltou Fernando Pimentel: “Nada supera o valor absoluto da supremacia do voto popular. É dele e somente dele que advém a legitimidade dos Poderes”.

Fora disso, seja em Brasília ou em Minas Gerais, querer subtrair a vontade do povo é golpe, golpe, golpe, golpe. Fora disso, é medo das urnas, porque em 2018 Pimentel será reeleito, e Lula será eleito presidente da República do Brasil para exercer seu terceiro mandato.



O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Serei breve, deputado Durval Ângelo. Quero parabenizá-lo.

Eu não sabia que já havia conspiração golpista aqui também. Fico encabulado de ver que golpistas se alvorçaram em Minas Gerais. Mas imagino por que os golpistas estão assim. É medo das urnas. V. Exa. citou 2018. Eu não tenho a menor dúvida de que, havendo a eleição em 2018 – e haverá porque eu duvido que os golpistas conseguirão subtrair a democracia do Brasil, o povo vai reagir –, as possibilidades eleitorais do Fernando Pimentel serão muito maiores do que de qualquer outro candidato que se coloque nos dias de hoje. E falo isso porque tem sido feita uma verdadeira revolução num ponto central, que é a educação pública mineira.

V. Exa. citou o Dia de Tiradentes, mas também nesse dia o governador nomeou mais 2.500 professores. Ou seja, mais 2.500 professores foram nomeados; e agora com plano de carreira e também com o piso salarial estabelecido num acordo.

Então, vejam bem, quem tanto está fazendo pela educação pública e cumprindo, pela primeira vez, os compromissos com a educação, que é a essência do nosso discurso em palanque, não perde a eleição. O reconhecimento do governador Pimentel é enorme na área educacional. Será publicada, provavelmente amanhã, a lei que aprovamos, que também resolve, em grande parte, os problemas, criados pelo PSDB, da chamada Lei nº 100, das professoras adoecidas.

Então esse plano de carreira estabelecido, a jornada de 24 horas, a melhoria da alimentação escolar, a melhoria das questões pedagógicas, tudo isso dá à educação de Minas Gerais um salto de qualidade. Por isso os golpistas agora se levantam também na Assembleia Legislativa, porque, com o programa que eles têm, antipopular, eles não ganham a eleição nunca. Por isso perderam para o Lula e a Dilma quatro vezes. Só mesmo sonhando com golpe é que eles podem sonhar com voltar ao governo. Parabéns!

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Muito obrigado pelo senso democrático. Terei também a minha oportunidade de falar. Já convido V. Exa. para participar deste debate. Primeiramente quero fazer um convite ao nobre deputado Durval Ângelo, líder do governo, para que permaneça em Plenário, terei oportunidade de falar para debatermos outros assuntos, assim como este. Faço questão de lhe conceder também aparte durante o meu pronunciamento.

O deputado Durval Ângelo* – Perfeito.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Quero só deixar claro que não nos sentimos incomodados – tenho certeza de que falo em nome do nosso bloco de oposição – de sermos chamados de golpistas. Sabem por que, deputados? Porque os golpistas, que aqui estão do lado direito do Plenário, defendem uma política com “p” maiúsculo, transparente, sem indiciamento por parte da Polícia Federal, sem corrupção, sem que governador tenha sido indiciado e esteja com medo de ser afastado por conta de recebimento de denúncia do STJ. Os golpistas da oposição são aqueles que defendem a política com “p” maiúsculo.

O deputado Durval Ângelo* – Perfeitamente. Não chamei ninguém de golpista.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Não. Foi o deputado Rogério Correia que acabou de fazê-lo. Até o meu aparte teria outro sentido, mas tive de responder-lhe. Esses golpistas de cá são aqueles que querem realmente dar um golpe na política rasteira e suja praticada atualmente em Minas e no Brasil.

O deputado Durval Ângelo* – Perfeito. Para isso, temos eleições. A lógica da democracia é que a cada quatro anos cada um apresente sua proposta à população. A vontade do povo é soberana. Só não sei se poderei ficar porque estou acompanhando comissões, mas, se tiver oportunidade, estarei aqui com toda certeza, como sempre estive, para fazer o bom debate. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia e pessoal das galerias, inicialmente concedo aparte ao deputado Bonifácio Mourão, depois vou prosseguir com minha fala.



O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Meu caro deputado Antônio Carlos Arantes, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pedi aparte a V. Exa. exatamente para responder ao deputado Durval Ângelo, que acabou de sair da tribuna. Ele está dizendo, aliás está provocando a oposição, o motivo pelo qual o governador Pimentel será suspenso se recebida a denúncia pelo STJ. Por favor, quem tiver a Constituição Mineira que a abra. Se não tiver agora, abra-a logo depois. Não preciso pegá-la porque a sei de cabeça. Aliás, fui relator desta Constituição.

O art. 92, § 1º, inciso I, diz que, se recebida a denúncia pelo STJ, o governador é automaticamente suspenso nos crimes comuns. Agora, o que é crime comum? É aquele, deputado Durval Ângelo, definido no Código Penal. Quais são os crimes comuns pelos quais o governador Pimentel está indiciado? Corrupção passiva, tráfico de influência e formação de organização criminosa. São os chamados crimes comuns. A Constituição Mineira é clara como a luz do sol quando estabelece isso.

Deputado Durval Ângelo, V. Exa. se referiu ao art. 86 da Constituição Federal. É preciso que todos nós atentemos para a autonomia que os estados brasileiros têm para elaborarem a sua Constituição. Nesse princípio de autonomia dos Estados, a Constituição Mineira estabeleceu com clareza, no art. 92, § 1º, inciso I, que não depende de autorização da Assembleia Legislativa para suspender o governador do Estado nos crimes comuns depois de recebida a denúncia.

Prestem atenção, pois vou falar sobre o histórico. Quando este deputado foi relator da Constituição, em 1989, deputado João Leite, também era deputada a ilustre petista Sandra Starling, uma das deputadas mais inteligentes que já tivemos nesta Casa. Foi ela, deputado Durval Ângelo, que apresentou emenda ao art. 92 da Constituição Mineira. (– Lê:) “Nos crimes comuns, dispensada a apreciação de procedência da acusação pela Assembleia Legislativa, será o governador submetido a julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça”. Veio a dispensa, e a Constituição Mineira imediatamente estabeleceu que ele será suspenso, assim que recebida a denúncia pelo STJ.

Está claro, deputado Gustavo Valadares, a emenda da deputada Sandra Starling foi acatada e aprovada, ficando prejudicadas as emendas dos ex-deputados Saint’Clair Souto e Marcos Maia, que falavam o contrário. Portanto, ganhou a emenda da deputada Sandra Starling, e foi o que estabelecemos na Constituição Mineira, na época em que nosso assessor era o atual relator do processo de *impeachment*, o Prof. Antonio Anastasia. Mas aqui também estão decisões do STF e do STJ mostrando que as Constituições Estaduais têm autonomia para tanto. Na época, o governador de São Paulo era Orestes Quércia, e a Constituição de São Paulo exigia autorização da Assembleia Legislativa. Teve de passar pela Assembleia Legislativa, da mesma forma que alguns poucos outros estados estabelecem isso. Foi respeitado. Agora, a Constituição Mineira diz que não tem de passar? Ora, precisa, e tem de ser respeitada também. Os que não se conformam que entrem na Justiça, mas a primeira coisa é obedecer à letra clara da nossa Constituição, deputado Antônio Carlos Arantes.

Na verdade, não iria abordar esse assunto, deputado Gustavo Valadares, mas fomos provocados pelo deputado líder do governo, Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Tenho uma decisão do Supremo sobre o caso de Itamar Franco. Aqui temos a decisão de 21/8/2001, tomada às 19h52min. (– Lê:) “A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal concedeu, nesta terça-feira, 21/8, o *Habeas Corpus* nº 80.511 ao governador de Minas Gerais Itamar Franco, invalidando ação do Ministério Público Federal movida a pedido do Palácio do Planalto. De acordo com o Ministério Público, o governador teria cometido os crimes de calúnia e injúria expressos nos arts. 21 e 22 da Lei de Imprensa, considerados crimes comuns contra o ministro-chefe do Gabinete da Segurança Constitucional da Presidência da República, Gen. Alberto Cardoso”. Aí vem a requisição do ministro: “A turma, com o voto do ministro Celso de Melo...” – que era o ministro relator – “...entendeu que, mesmo a Constituição do Estado não tendo estabelecido, que o governador tenha assegurado o direito de resposta só se tiver autorização de 2/3 dos integrantes da Assembleia Legislativa do Estado, porque configura como crime comum, mesmo que não haja previsão na Constituição de Minas Gerais”. É o termo da Constituição Federal, como diz o ministro Celso Melo.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Querer comparar Fernando Pimentel com Itamar Franco é demais para mim. A biografia de Itamar Franco e a de Fernando Pimentel são bem distintas. O julgamento no STF à época de Itamar Franco é uma coisa, e o julgamento que poderá ocorrer caso os petistas entrem com uma ação depois do efetivo afastamento do

www.almg.gov.br Página 38 de 45



governador Pimentel é outra história. São duas biografias completamente diferentes, completamente distintas. Itamar correu risco juridicamente na Justiça por querer defender interesses de Minas, Pimentel corre risco porque quis defender interesses pessoais e do seu partido, o que é, na verdade, a principal entre todas as péssimas características do PT: projetos e benefícios “ao nosso partido”, jamais ao País, ao Brasil, aos brasileiros.

Agradeço-lhe o aparte. O deputado Mourão vai continuar.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Devolvo agora a palavra ao deputado Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Obrigado, deputado, ilustre amigo Antônio Carlos Arantes. É somente para responder ao acórdão lido pelo deputado Durval Ângelo. Recebida a denúncia, o governador Pimentel não vai ser julgado pelo Supremo, não; será julgado pelo STJ. Então, vamos ver aqui um acórdão do STJ? Vamos ver, deputado João Leite, o que diz o ministro Eduardo Ribeiro, relator da Ação Penal nº 27, em voto acompanhado pela maioria dos membros da corte especial daquele tribunal: (– Lê:) “Cabe à Constituição Estadual definir os procedimentos prévios para a autorização do processo contra o governador”. O que diz a Constituição? Já que disse que o deputado Durval Ângelo está se insurgindo contra a letra da Constituição Mineira, vou ler o art. 92: “O governador do Estado será submetido a processo de julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns. § 1º – O governador será suspenso de suas funções: Inciso I – nos crimes comuns, se recebida a denúncia ou a queixa pelo Superior Tribunal de Justiça”. Se recebida denúncia ou queixa por crime de corrupção passiva, crime de organização criminosa e crime de tráfico de influência, que são crimes comuns definidos pelo Código Penal, ele será suspenso. Estando suspenso, o povo de Minas Gerais vai agradecer. Vai agradecer por quê? Porque ele não tem obras. Só diz que beneficiou este ou aquele servidor público, mas quais são as obras, deputado João Leite, apresentadas por este governo? Compare este governo com o governo de Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho. O povo mineiro, com certeza, já está comparando.

Quando se fala aqui em golpe, quem vai provar por A mais B que não há golpe, que é o contrário – no *impeachment* da presidente da República há um processo fundamentado nos arts. 51 e 52 da Constituição Federal, na Lei nº 1.079 – é o grande constitucionalista brasileiro, ex-governador de Minas, senador Antonio Anastasia, relator do projeto do *impeachment*. Muito obrigado, Antônio Carlos Arantes. Obrigado, presidente.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Obrigado, deputado Mourão. Queria completar a minha fala, que ficou bastante curta. Tenho alguns itens que preciso abordar, principalmente sobre a minha preocupação com as regiões Sul e Sudoeste mineira e também a região Oeste, próximo a Arcos e Formiga, onde os buracos, deputado João Leite, haviam sumido das nossas rodovias estaduais, desapareceram com Aécio e Anastasia. As estradas passaram a ter um tráfego tranquilo, em qualquer hora do dia ou da noite ou com chuva, porque não havia buracos. Mas os buracos voltaram. Infelizmente é só você ir à região de São João del-Rei, na região do Sul de Minas, próximo a São Sebastião do Paraíso. Inclusive tirei fotos. Quem entrar no meu *site*, vai ver foto minha com calotas na mão; são muitos acidentes gravíssimos por causa dos buracos. O povo se acostumou com as rodovias do passado, de Aécio e Anastasia, em que não se viam buracos naquela região. Agora os buracos voltaram.

Então o governo do Estado precisa andar rápido e acabar com aquela burocracia, que, a cada dia, está aumentando mais. Ali perto de Monte Santo de Minas, por exemplo – lá até é federal –, o Dnit também está com muita dificuldade de recursos, apesar de o diretor ser um cara sério – o Fabiano Martins, por quem tenho respeito e carinho, pois vejo que é uma pessoa do bem. Mas ele mesmo diz que não há dinheiro para tapar buraco. E os buracos estão só voltando, e acidentes e mortes estão acontecendo por causa desse problema.

Outro descaso são as rodovias que já estavam quase prontas, mas não deu tempo de terminá-las, porque vieram as eleições, as chuvas e o corte de recursos. A presidente Dilma não repassou recursos, e muitas obras ficaram paradas, como a obra de Pimenta a Guapé, uma estrada estratégica para o desenvolvimento da nossa região, a qual atravessa o Norte de Minas, passa por Montes Claros e por Curvelo, e sairia em Formiga e Bom Despacho, no Sul de Minas. A Pimenta – Guapé é um atalho impressionante. Algo de 80% da estrada estão prontos, mas pontes estão paradas, com ferragens enferrujando, pelo www.almg.gov.br Página 39 de 45



descaso do governo do Estado. Ali, por sinal, é região do deputado Odair Cunha, secretário, com quem já falei aqui, mas não deu nenhuma posição. O deputado Odair Cunha, pelo que ouço falar, é o homem mais forte do governo, é o que comanda a secretaria mais forte do governo. Se V. Exa. não tem informação, vou voltar a refrescar a sua memória. A estrada Pimenta – Guapé está parada, o dinheiro público sendo perdido, e o povo está pagando a conta, porque está pagando muitos impostos, que, aliás, foram abaixados por Aécio e aumentados pelo governo Pimentel, com apoio desta Casa. Então, deputado Odair Cunha, V. Exa. precisa colocar os recursos da nossa região lá na região.

Há os problemas da MG-050, caso em que o governo não vai nem para frente nem para trás. Hoje pouquíssimas obras estão acontecendo. As que existiam foram contratadas no passado, na época do Aécio e Anastasia, aliás, um belo trevo é o Itaú de Minas, que, graças a Deus, estamos terminando – um trabalho que iniciamos, para o qual cobramos os recursos que saíram, e agora esta obra está sendo finalizada. Fora isso, há pouquíssimas obras.

E a segurança da nossa região? É impressionante, deputado Gustavo Valadares, como está morro abaixo a invasão criminosa em nossa região. Até fizemos audiência pública em Guaxupé nesta semana. O roubo de gado é um absurdo. E pior de tudo é que o dono da propriedade, o Sr. Ludinho Moreira, através de seu vizinho, foi avisado de que dois caminhões haviam saído de sua propriedade. Ele correu à polícia, na madrugada, e o policial militar não lhe deu atenção e não desbaratou a quadrilha. Poderiam ter preso a quadrilha. Na Polícia Militar há muita gente séria, e na Polícia Civil, muita gente boa, mas há também gente que não está cumprindo com suas obrigações, e o povo pagando a conta.

Mas o Pimentel cortou recursos, cortou quase cem milhões da manutenção das viaturas, da manutenção geral da Polícia Militar, de forma que o povo está pagando uma conta altíssima, e não está recebendo os benefícios necessários. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – Presidente, é bem provável que eu não tenha essa disponibilidade de 3 minutos para nenhum dos meus colegas, porque o assunto que me traz hoje à tribuna provavelmente tomará os 15 minutos e tomaria muito mais se houvesse mais tempo disponível.

Primeiro, queria dizer que o deputado Alencar ficaria satisfeito se estivesse aqui hoje, pois há um americano uniformizado nas galerias da Assembleia Legislativa. Nada melhor do que estar na final do campeonato mineiro. Está aí! Alguém, por favor, tire uma foto e a encaminhe ao deputado Alencar da Silveira, pois ficará muito satisfeito.

Sr. Presidente, quero, mais uma vez, saudar os nossos novos colegas da Assembleia Legislativa, que estiveram conosco na parte da manhã – acho que são os mesmos, não é? –, durante uma reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e agora estão no Plenário. Sejam bem-vindos ao nosso Plenário. Espero que estejam entendendo bem o funcionamento da Casa.

Verão daqui a pouco a votação de matérias, de deliberações do Plenário da Casa. Isso ocorrerá a partir de 15h30min.

Sr. Presidente, fui surpreendido no dia de hoje, quando abri o jornal *O Tempo* para fazer sua leitura, assim como faço todas as manhãs, com uma matéria que diz o seguinte: “Pimentel pretende cortar 67 mil cargos no governo”. Esse governador é muito bom de tesoura. A tesoura ainda não chegou às mãos dele, mas para falar que vai cortar não há ninguém melhor.

Faremos aqui, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, um breve histórico do que tem sido Pimentel com a imprensa e com os anúncios referentes as suas reformas administrativas ao longo deste último quase ano e meio. Ele assumiu o mandato em 1º/1/2015, dizendo que o Estado estava quebrado. Mas a primeira medida do governador do PT, do Partido dos Trabalhadores, foi encaminhar à Assembleia Legislativa um projeto de lei aumentando a máquina pública, inchando a máquina pública. Mesmo dizendo que o Estado se encontrava em dificuldades, trouxe a esta Casa, como seu primeiro ato, um projeto que aumentava em quatro o número de secretarias do Estado. Passavam de 17 para 21. Eram criados centenas de cargos em subsecretarias, com salário superior ao do governador do Estado; subsecretários com salário superior ao do governador do Estado. Estava



previsto aumento de remunerações e de gratificações de secretários que pertencem a conselhos das empresas do Estado. Foi o primeiro ato do Sr. Governador.

Dizia o senhor governador que aquela reforma administrativa não traria impacto financeiro ao Estado. Nós, da oposição, pegamos uma calculadora e fizemos as contas. Mostramos que o impacto passava de vinte e três milhões anuais. Depois que falamos isso, publicamente, não veio um representante do senhor governador aqui ou foi a qualquer órgão de imprensa para desmentir as contas da oposição, o que nos levou obviamente a entender que o impacto financeiro era de mais de vinte e três milhões anuais.

Passado isso, Pimentel anunciou que cortaria 20% dos cargos comissionados. Isso ocorreu entre abril e maio do ano passado, logo depois de aprovada uma reforma que ele havia encaminhado, inchando a máquina pública, trazendo mais de vinte e três milhões de impacto financeiro ao orçamento estadual. O corte de 20% dos cargos comissionados não passou de 0,27%. As contas foram feitas pelo bloco de oposição e publicadas depois pelo jornal *Folha de S.Paulo*; também não foram desmentidas pelo senhor governador nem por nenhum de seus principais interlocutores, o que obviamente nos leva a crer que mais uma vez mentia o senhor governador aos mineiros, quando dizia que cortaria 20% dos cargos comissionados. O corte não passou de 0,27%.

Passados mais alguns meses, no final de julho e início de agosto, veio aquele que é o principal interlocutor do governador Pimentel. O governador não fala, não concede entrevista, provavelmente por conta dos escândalos em que se encontra envolvido. Para não tratar desses assuntos, põe à frente das câmaras, como seu preposto, o secretário de planejamento, Helvécio Magalhães. Vem o secretário, no início de agosto, para anunciar que Minas havia chegado ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao limite prudencial e que, por conta disso, não poderia o Estado de Minas Gerais admitir mais nem um funcionário que fosse. Dessa vez, deputado João Leite, não foi preciso a oposição fazer conta para desmentir aquilo que havia falado o governador e seu principal interlocutor.

O próprio governador, o próprio governo do PT, com pouco mais de 15, 20 dias depois desse anúncio, fez centenas de nomeações, que foram publicadas no diário oficial do Estado. Mais de 270 cargos de nomeação de recrutamento amplo, que trouxeram um impacto extra de mais de R\$8.000.000,00 no orçamento estadual. Para quem havia anunciado 20, 30 dias antes que haviam atingido o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal e que não mais poderiam contratar um servidor que fosse, eles mesmos se desmentiram dias depois, com mais de 270 nomeações, que resultaram em mais de R\$8.000.000,00 de impacto no orçamento estadual.

Não satisfeitos, querendo criar mais um factóide, no final do ano veio o senhor governador, que já vinha, numa ladainha de meses, dizendo que encaminharia uma nova reforma administrativa à Assembleia para que pudéssemos diminuir a máquina, máquina que ele havia inchado em agosto. Anunciou o senhor governador um corte com a reforma que encaminharia à Assembleia de R\$1.000.000.000,00. Até hoje, deputado Mourão, aguardamos ansiosamente a chegada dessa reforma que cortaria R\$1.000.000.000,00. Ela nunca chegou. Não satisfeito, resolve agora o senhor governador reunir os líderes da sua base num almoço, no dia de ontem, no Palácio da Liberdade, para anunciar o encaminhamento da tão esperada reforma administrativa. Sabe o que ele fez, deputado João Leite? Anunciou um corte de 67 mil cargos na estrutura do Estado. Nós, da oposição, aprendemos desde o início do ano passado, com nosso trabalho, como oposição nesta Casa, porque para isso fomos eleitos, fomos escolhidos pelos mineiros, para estarmos na oposição a este governo, que mente constantemente à sua população, aprendemos a lidar – aqueles que ainda não sabiam, e eu até me coloco entre eles – com a calculadora.

Pois bem, deputado João Leite, aqui está, senhor governador, um presente que nosso bloco de oposição lhe traz, para que V. Exa. aprenda a fazer conta. Se o senhor souber ler esses números que aqui estão, apertar os botões de subtração, de multiplicação, de divisão, de soma, o senhor vai ver que é impossível encaminhar a esta Casa uma reforma administrativa com o corte de 67 mil cargos, por uma razão muito simples, deputado Dilzon Melo: o Estado, segundo o Portal da Transparência, tem, ao todo, 15.819 cargos em comissão. Há mais 5.333 cargos de funções gratificadas. Esses são os cargos, Sr. Governador, se V. Exa. conhece nossa Constituição – e parece que não –, que o senhor poderia cortar. Totalizaríamos 21.152



cargos que poderiam ser cortados, muito longe dos 67 mil publicados por ele no jornal *O Tempo* de hoje, por conta de uma reunião do dia de ontem com os líderes da base do governo desta Casa. Mais uma vez, desrespeita o senhor governador a Assembleia Legislativa, desrespeita os líderes que pertencem à sua base, desrespeita o povo de Minas quando mente mais uma vez.

Está aqui, Sr. Governador, este é o presente que trazemos a V. Exa. Aprenda a fazer conta; estude a estrutura do Estado, a estrutura da nossa máquina estadual.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, daqui a alguns dias vamos receber – espero – a tão esperada reforma para tentar diminuir o rombo criado pelo PT e seu governador ao longo deste ano e meio de governo. Antes de eles estarem no governo, não se atrasava salário, deputado João Leite; pagava-se no quinto dia útil do mês subsequente.

O deputado João Leite (em aparte)* – Até o quinto dia útil.

O deputado Gustavo Valadares* – Até o quinto dia útil. Antes deles, deputado João Leite, não corríamos o risco de o 13º salário dos servidores estaduais não ser pago; até a chegada deles ao governo, não buscávamos dinheiro de particulares que têm lides e disputas judiciais para cobrir uma parte do rombo provocado por eles mesmos à frente da administração estadual.

Estou ansioso pela chegada dos mais de vinte projetos, como eles dizem, que tratarão da reforma. Assim como o senhor, governador, deve fazer uso dessa calculadora, eu farei, o nosso bloco fará, para desmascarar quaisquer mentiras que venham, mesmo que na justificativa dos projetos que serão encaminhados a esta Casa.

Concedo-lhe agora, pedindo desculpas por me ter alongado, deputado João Leite, um aparte, com muito prazer.

O deputado João Leite (em aparte)* – Não há que pedir desculpas, pois V. Exa. faz um pronunciamento importante para que Minas Gerais conheça exatamente o governo que tem neste momento. Aquele governante da campanha hoje é outro; aquele que prometeu uma segurança pública excepcional, vagas no sistema penitenciário não conseguiu criar nem uma vaga durante esse tempo; tivemos o aumento, em Belo Horizonte, de 40% de roubos, 32% em Minas Gerais. A população está insegura e vê um governo paralisado, que nada faz; pelo contrário, cria, em volta de si, 200 metros de segurança; para quem? É para a população de Minas Gerais? Não, é para o governador, para lhe dar segurança onde estiver. Usa-se a Polícia Militar, a polícia ostensiva, que deveria dar segurança à população de Minas Gerais, para ir a Ouro Preto, fechar uma praça na cidade e impedir a entrada de um parlamentar nessa praça. Na história de Minas Gerais, nunca antes ocorreu isso. Já tínhamos visto o deputado Arnaldo ser proibido de entrar em uma escola estadual, mas agora vemos um deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ser proibido de entrar em uma praça de Minas Gerais. Nunca antes na história do Estado vimos um governo dessa maneira.

Nas contas, falta a MGS. V. Exa. se esqueceu, estamos com os nomes lá, descobrindo quem é quem. Estão ganhando lá R\$30.000,00. Os valores que as pessoas recebem hoje na MGS são o espetáculo do crescimento

Por fim, o Sr. Presidente, me concede só 30 segundos? Vi aqui o PT falando em *impeachment*, em golpe; é algo interessante. Lá, o jurista que apresentou o pedido foi um fundador do PT, Hélio Bicudo. O beneficiário não é a oposição; aqui é o PMDB, que está junto com o PT, com o governo; o beneficiário é o PMDB. E agora, ficamos sabendo com o pai da matéria, o relator da Constituição do Estado de Minas Gerais, Bonifácio Mourão, que essa emenda é de uma fundadora do PT também: Sandra Starling.

O deputado Gustavo Valadares* – Presidente, muito obrigado. Peço-lhe perdão, deputado Durval. Eu não cumpri minha promessa, porque não deu tempo.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado* – Infelizmente, presidente, não terei tempo de falar do assunto que trago à Casa. Vou conceder aparte ao deputado Durval Ângelo. Faremos pronunciamento nesta tribuna e depois na Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, da qual sou presidente, em relação à suspensão do corte ou redução da internet fixa após o fim da franquia. Isso fere de maneira absurda o Código de Defesa do Consumidor, o marco civil da internet. Os serviços só podem ser



suspensos em caso de falta de pagamento. Isso é um absurdo. Os Procons de todo o Brasil e as entidades de defesa do consumidor estão se mobilizando. Houve reação contrária quanto ao limite do acesso à internet. Faremos uma audiência pública na nossa comissão para tratar desse assunto, que está prejudicando todos os consumidores da banda larga fixa.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Só gostaria de dizer ao nobre deputado Bonifácio Mourão que eu falei da AP nº 170, Gen. Cardoso contra Itamar Franco, governador de Minas Gerais. A decisão foi clara. O STJ enviou documento a esta Casa. Temos de descobrir onde está o ofício dizendo que era necessária a autorização de 2/3 dos deputados, mesmo não havendo previsão legal. Tenho em mão a AP nº 196, do Fernando Henrique Cardoso contra Itamar Franco. O Fernando Henrique não gostava do Itamar. O ministro Paulo Gallotti tomou a mesma decisão. Então, eu acho que a Constituição Estadual não pode se sobrepor à Constituição Federal. O art. 86 da Constituição Federal vale para Minas Gerais e para o Brasil inteiro. Não importa quem seja o autor.

Portanto, tenho duas APs e espero que os requerimentos do STJ, das APs nºs 170 e 196, sejam encontrados na Assembleia. Acho que os dois ministros do STJ não mentiriam. Temos de encontrar os documentos aqui na Assembleia para deixar claro que um crime comum precisa de 2/3, ou seja, de 52 votos, para que seja aberto processo contra o governador.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Durval Ângelo, o art. 92, § 1º, inciso I, da Constituição Mineira está em vigor. Ou, então, não adianta ter Constituição Estadual. Se os seus artigos não valem nada, não adianta. Se o Estado perder a autonomia no Brasil, não teremos República, não teremos Federação. Enquanto houver Federação, República, autonomia de estados e municípios, consagrada no art. 1º da Constituição Federal, valem os artigos consagrados nas respectivas Cartas. Somente depois, se houver uma Adin para tirar da Constituição Mineira o art. 92 é que se poderá dizer que esse artigo não tem valor. Mas, enquanto vigorar, tem valor. Tanto é, deputado João Leite, que a Lei nº 100 prevaleceu enquanto não veio uma Adin tornando-a sem efeito. Lei em vigor prevalece.

Concluindo, Sr. Presidente, temos aqui o posicionamento da Procuradoria-Geral da República, assinada pelo Dr. Roberto Gurgel, nos seguintes termos: (– Lê:) “Contudo, não cabe a aplicação do princípio da simetria na hipótese. A condição de procedibilidade prevista no art. 51, inciso I, da Constituição da República, é norma de caráter excepcionalíssimo, que não pode ser estendida a autoridades estaduais não contempladas pelo poder constituinte originário, seja pelo intérprete, seja por decisão das constituições estaduais ou da Lei Orgânica do Distrito Federal, sob pena de afronta aos princípios republicanos, da separação de Poderes, da inafastabilidade da prestação jurisdicional e da proporcionalidade da autonomia dos Poderes”.

O deputado Elismar Prado* – Como já disse, o tempo foi insuficiente. Trouxe aqui um assunto que está preocupando e trazendo muita revolta aos consumidores, principalmente os de internet fixa. No último dia 18, a Anatel, agência reguladora do setor, publicou uma medida cautelar que suspendeu a cobrança e as restrições aos serviços, mas, na verdade, ela deveria impedir e, de fato, agir em defesa dos consumidores, e não como advogada das empresas operadoras desse serviço em todo o Brasil. Infelizmente, a Anatel, como outras agências – e sempre disse isso –, ainda não atua com a devida autonomia e independência para defender o interesse público acima de tudo, portanto haverá a nossa reação e mobilização em todo o Brasil. Os consumidores, as entidades e os Procons estão se mobilizando para defender, de fato, o direito dos consumidores ao sinal de internet, que só pode ser restringido, reduzido ou suspenso mediante a falta de pagamento. Esse é um abuso contra o consumidor; isso caracteriza prática abusiva, fere o Código de Defesa do Consumidor, e ingressaremos com várias ações na Justiça para defender o interesse dos consumidores nesse sentido. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 28/4/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 28/4/2016, Ademir César Sampaio de Almeida, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando Adriana de Azevedo Ferreira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Alan Cardek Luiz da Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

exonerando Andre Luiz de Souza, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Lamac;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Andrea Bonifacio Camilo Borges, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando Antonino Rodrigues de Souza Junior, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Antonio César Rodrigues Rocha, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando Cássia Regina Alves Gonçalves, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Cícero da Silva, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Dandara Tonantzin Silva Castro, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Denilson Ramos Diniz, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Fernando Pessoa, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Ilton Alves da Silva Filho, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Isabel Cristina Gomes Souto, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Letícia Leal Nazário e Silva, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando Lílian Lage Siqueira, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Lucas Andrade Souza, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando Margarete Moreira Paiva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;



exonerando, a partir de 28/4/2016, Marileide Aparecida Ferreira Calixto, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Maycon Dantas Silva, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Nei Henrique Guedes, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Ney Vieira Machado, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Raquel Martins Ferreira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Renata Soares Cardoso, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Rosana Gondim Rezende Oliveira, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Tathiane Campos Lelis Coelho, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Thiago Alves Leandro, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Thiago Flávio Guerra Naves, padrão VL-48, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

exonerando, a partir de 28/4/2016, Valmir de Souza Oliveira, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Neivaldo;

nomeando Ana Luiza Faustino de Oliveira, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Lamac;

nomeando Bruno Bruce de Almeida da Silva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Daniel Leni Silva Bittencourt, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Geralda Isabel de Souza, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Jozelia Cardozo de Melo Varella, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Luiz Augusto Resende Pires, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.